



JUCA KFOURI
Não faz
sentido o Brasil
sedar a Copa

EDUCAÇÃO
O esporte-
cidadão vai
além das
medalhas

POLÍTICA
Romário
e Bebeto
em campos
opostos

LEGADOS DO ESPORTE

O que ainda esperar (ou não) dos megaeventos no País

Felipe Luchi,
Cliente Santander.

BÔNUS MESMO É VOCÊ VIAJAR COMO E QUANDO QUISER. **SUPERBÔNUS VIAGENS.**

Quem tem cartão de crédito Santander não precisa mais esperar juntar tantos bônus para viajar. Com o SuperBônus Viagens, você adquire passagens aéreas, hospedagem, aluguel de carros, cruzeiros, pacotes de viagens e pode pagar tudo com bônus ou combinar bônus mais dinheiro parcelado em até 24 vezes.

Acesse www.santander.com.br/esfera e conheça todas as vantagens.

SUA VEZ. SUA VOZ. SEU BANCO.

 **SANTANDER ESFERA**

 **Santander**

um banco para suas ideias

santander.com.br

TALENT

Vitrine, vidraça e estilingue

Há cinco anos, a reportagem “Vitrine ou Vidraça?” (edição 21, acessível em goo.gl/PUjcx) chamava atenção para as oportunidades que a realização de megaeventos esportivos no Brasil criaria em termos de projetos de desenvolvimento, tanto local como nacionalmente.

A experiência de cidades como Barcelona e Londres mostra que a “colheita” de legados positivos dos eventos somente seria possível com um “plântio” bem planejado, trabalhado com antecedência, e não apenas voltado para obras de infraestrutura – mas sobretudo decorrente do fortalecimento da sociedade, de suas instituições, de sua cultura e da capacidade de articulação e engajamento dos cidadãos. Algo que não se constrói a ritmo de caixa.

Mas, de lá pra cá, muitas chances foram desperdiçadas, fazendo de vidraça potenciais vitrines que o País poderia apresentar. Já naquela edição, apontamos como o tempo era curto. Agora, a apenas um ano da Copa do Mundo e a três das Olimpíadas, o cronômetro estampado na capa sinaliza o tempo exíguo – mas não de todo perdido.

A busca de um balanço entre os resultados positivos e negativos, por si só, abre oportunidades de reflexão e críticas que contribuem para o nosso amadurecimento. Nesse sentido, a entrevista com o “estilingue” Juca Kfourri (à pág. 14) cumpre bem o papel – assim como a reportagem sobre educação corporal nas escolas (pág. 44).

O gancho dos megaeventos nos leva a pensar na capacidade transformadora que o esporte carrega, a começar pela valorização do bem-estar e pela busca da justa medida entre cooperação e competição que nos deverá guiar em todas as fases e situações da vida, partindo do desenvolvimento individual para o coletivo. Que o *fair play* reproduza-se para bem além das quadras, dos campos e das pistas.

Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTER Thaís Herrero
EDIÇÃO DE ARTE Amanda Abad e Marcius Marques
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Ana Cristina d'Angelo, Arthur Fujii, Eder Santos, Eduardo Shor, Fabio F. Storino, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos), José Eli da Veiga, Magali Cabral, Mariana Desidério, Mônica C. Ribeiro, Regina Scharf, Tão Gomes Pinto
ENSAIO FOTOGRÁFICO Anderson Barbosa
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677

REPRESENTANTE EM BRASÍLIA
Marketing 10 – José Hevaldo
jh@marketing10.com.br
(61) 3326-0110 / 3964-2110 / 9229-0727

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO D'Lippi Artes Gráficas Ltda.
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

APOIO



A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons
PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

Para receber PÁGINA22 gratuitamente, acesse pagina22.com.br/novo_leitor



26

14 ENTREVISTA "Se eu fosse presidente do Brasil não faria a Copa do Mundo aqui", dispara Juca Kfourri

20 ECONOMIA Como a globalização acabou transformando a prática esportiva em uma máquina de fazer dinheiro

26 RETRATO Em Belo Monte, os desafios são proporcionais à vastidão de águas e terras, onde um imenso canteiro se abre para políticas efetivas de desenvolvimento local

32 MEGAEVENTOS Mudanças culturais, de comportamento e maior transparência são legados desejados e possíveis da Copa e dos Jogos Olímpicos

40 PONTO E CONTRAPONTO Bebeto e Romário, a dupla campeã do tetra, agora joga em campos opostos na arena esportiva política

44 EDUCAÇÃO O país que almeja medalhas e troféus ainda precisa desenvolver nas escolas a consciência corporal, a noção de bem-estar e a justa medida entre competição e colaboração

Seções



CAPA Fotografia: Amanda Abad

- 06 Notas
- 08 Web
- 10 Economia Verde
- 25 Análise
- 43 Daqui Pra Lá
- 48 Página Cultural
- 49 Coluna
- 50 Última

Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Energia solar, ameaça mortal ao setor elétrico – Blog de Lá Pra cá] Sensacional! Há anos eu já refletia sobre esse assunto sem dados concretos. Então, realmente, a geração solar não avança porque ameaça o negócio das grandes indústrias geradoras!

Lúcio Marangon dos Santos

Muito bacana o texto. Se as

empresas convencionais estivessem bem atentas ao mercado, já teriam investido no setor de energia solar. Contudo, acho que os painéis fotovoltaicos não irão dar suporte para indústrias de grande porte. Assim, sempre serão necessários outros tipos de geração.

Matheus Fragozo Etges

[Por que a mídia dá tanta trela

para os céticos do clima? – **Blog da Redação]** Brilhante. Li a reportagem da Veja e fiquei abismado com o verdadeiro desserviço mais uma vez por eles prestado. **Felipe Portela**

[O desenvolvimento e seus truques – edição 74] Discordo dos conceitos do Delfim [Netto], mas a entrevista é fenomenal. Parabéns. **Fabiano Avila**

[Adapte-se, camaleão – edição 74] Gostaria de agradecer pela publicação. Quando o exemplar da PÁGINA22 chega em minha residência, existe um ritual para ler calmamente cada seção e matéria. Sem dúvida, vocês contribuem não só para o meu crescimento profissional como para a cidadania do brasileiro. **Marco**

TECNOLOGIA

Conserte você mesmo

Quando o telefone celular quebra, geralmente as pessoas compram um novo. O preço do conserto, muitas vezes, não compensa. E tentar fazer isso sozinho é quase impossível, já que empresas como a Apple não disponibilizam seus manuais de reparação ao público.

Dissemos “quase impossível” porque o site I Fix it (ifixit.com) já quebrou essa barreira. O portal é uma espécie de Wikipedia do conserto em que internautas do mundo todo trocam dicas e



KEVIN MCGARRY/FELIXR

informações para a criação de manuais abertos e compartilháveis. Há também venda de peças soltas, dificilmente encontradas no mercado convencional. Assim, reduz-se a necessidade de recorrer à assistência técnica oficial. Os criadores do site defendem que todos os consumidores têm o direito de reparar seus próprios bens.

Na opinião de um deles, o americano Kyle Wiens, as empresas fabricantes deveriam encarar o mercado de consertos como um nicho a ser explorado, já que têm interesse em expandir vendas e lucros. Mas, segundo ele, ainda não se deram conta disso. Em entrevista por e-mail a PÁGINA22, Wiens compara esse potencial mercado às oficinas de veículos. “Todo bairro tem uma oficina mecânica. Não há razão para pensar que os consertos de celulares não seriam importantes para a economia, ainda mais no Brasil, um país de grande mercado consumidor”, diz.

Reparar seria, então, o quarto “R” a ser incluído à lista dos “R” da sustentabilidade (reduzir, reusar e reciclar), pois diminui o impacto ambiental decorrente da fabricação e do descarte de eletrônicos. Se a vida útil de um celular aumentar de 1 para 4 anos, seu impacto ambiental diminuiria em 40%, aponta o relatório *Avaliação do Ciclo de Vida do Sistema de Comunicação Móvel UMTS: Em direção a sistemas ecoeficientes*, do Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE), do qual Wiens é membro. Para cada celular, são usados 75 quilos de matéria-prima (*leia sobre metais à pág. 11*). E para seu microchip, 30 litros de água. – **POR THAÍS HERRERO**

LANÇAMENTO

LIVRO DESMONTA TESE DOS TRÊS PILARES

Um duvidoso vínculo entre o conceito de desenvolvimento sustentável do Relatório Brundtland (1987) e a tese dos “três pilares” da sustentabilidade – o econômico, o social e o ambiental – foi assumido como verdade por muitos profissionais da área de sustentabilidade e até por documentos oficiais, incluindo relatórios da ONU. Pois o professor José Eli da Veiga questiona esse dogma no quarto capítulo de seu mais novo livro, *A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade* (Editora 34).

“A verdade, contudo, é que em 1992 essa bizarra parábola dos ‘três pilares’ nem sequer havia sido inventada. Ela só começou a ser difundida a partir de 1997, e no contexto das empresas, não das nações”, escreve Veiga na página 108, em alusão à célebre proposição da *triple bottom line*, expressão cunhada em 1994 pelo britânico

John Elkington, fundador da consultoria Sustainability. Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP), Veiga observa que há uma diversidade de dimensões do desenvolvimento, a exemplo das dimensões política e da segurança.

E faz questão de destacar o “meio ambiente como base e condição material – biogeofísica – de qualquer possibilidade de desenvolvimento humano” (p. 110).

Desfeita a confusão em torno dos três pilares, o autor conclui que uma governança efetiva da sustentabilidade dependerá essencialmente da relação que a China manteve com os Estados Unidos (*mais em*



Análise à pág. 25). O evento de lançamento da obra, promovido em 16 de maio na Sala Crisantempo, em São Paulo, contou com a participação na mesa de três ex-ministros – Rubens Ricuperro, Celso Lafer e Marina Silva. – **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

QUÍMICOS 1

NÃO FOI DESTA VEZ

A tentativa de restringir o comércio transfronteiriço do herbicida paraquat e do amianto crisotila foi abortada na 6ª Conferência das Partes da Convenção de Roterdã sobre Consentimento Prévio Informado (COP-6), realizada em Genebra de 28 de abril a 10 de maio.

Apesar de não ter caráter proibitivo, o tratado obriga seus signatários a prestarem informações sobre produtos constantes de seu Anexo 3 – uma lista de 47 substâncias químicas severamente perigosas –, antes de serem exportados para outro país integrante da mesma convenção.

Para proteger seus fabricantes de herbicidas, Guatemala e Índia vetaram a inclusão do paraquat no Anexo 3. Mais de 40 países proibem o uso de paraquat, que foi banido até mesmo na Suíça, onde se encontra a matriz da Syngenta, principal produtora de formulações que contêm a substância como princípio ativo, a exemplo do Gramoxone. Há relatos de milhares de envenenamentos pelo herbicida em diferentes partes do mundo e danos graves à saúde, tais como cegueira, queimaduras e problemas respiratórios.

Um outro lobby, o das indústrias que utilizam amianto crisotila na fabricação de telhas e caixas-d’água, conseguiu influenciar alguns governos a não respaldarem sua inserção no Anexo 3. **(JAGP)**

QUÍMICOS 2

JUNTANDO FORÇAS

Além da COP-6 da Convenção de Roterdã, realizaram-se no mesmo período em Genebra a 11ª COP da Convenção de Basileia sobre Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e a 6ª COP da Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs, na sigla em inglês).

Não foi mera coincidência a realização simultânea e no mesmo local das COPs das três convenções. Trata-se de um formato escolhido a dedo que tornou possível uma conferência conjunta dos três acordos para discutir a cooperação entre elas e melhorar a qualidade e a velocidade de implementação das convenções químicas.

A crescente sinergia entre os três tratados transformou-se em uma espécie de laboratório para uma reforma mais profunda da governança ambiental na ONU.

Graças à cooperação entre as chamadas “convenções químicas”, institucionalizada por um secretariado comum, foi possível cortar despesas no total de US\$ 1,5 milhão nos últimos três anos.

“Em uma era de austeridade financeira, temos aprendido por meio das sinergias como atender melhor aos países signatários das convenções, enquanto vivemos dentro dos limites econômicos impostos aos governos atualmente”, comentou, após o encerramento do encontro, Jim Willis, secretário-executivo das três convenções.

(JAGP)

OLHA ISSO!

POR FABIO F. STORINO*

TORCEDORES DE CAMISETAS

O americano LeBron James é um dos melhores jogadores de basquete da atualidade. Nascido em Ohio, jogou suas sete primeiras temporadas no time da NBA daquele estado, o Cleveland Cavaliers. Para inaugurar essa nova era, o time chegou a mudar as cores de sua camiseta, e sua principal estrela foi apelidada de “King James” (Rei James). Em 2010, com seu passe livre, LeBron James anunciou sua ida para o Miami Heat. Apesar de continuar jogando maravilhosamente bem, os torcedores de Ohio não mais pareciam admirar seu filho prodígio. No famoso seriado homônimo dos anos 1990, *Seinfeld* corretamente observava: torcemos para camisetas.



NATIONAL ARCHIVE/FLICKR

Diferentemente das imensas colônias de alguns insetos, humanos parecem programados para operar em grupos menores (evolutivamente falando, grandes aglomerações urbanas são um fenômeno recente). Experimentos conseguem gerar identidade social em grupos criados de forma completamente arbitrária, como os separados pelo “cara ou coroa” de uma moeda. No fim dos anos 1960, uma professora mostrou os efeitos da discriminação separando sua classe em “olhos claros” e “olhos escuros” (ver vídeo em goo.gl/6hK5Q). A filiação quase tribal que temos com nossos times favoritos ultrapassa os limites esportivos, influenciando nosso comportamento em outras áreas.

Por limitações de espaço, na coluna Olha isso! da edição 68 (“Pequenos delitos”, goo.gl/260b0), ao descrever um experimento de Dan Ariely no qual um ator contratado trapaceava descaradamente, levando os voluntários do experimento a também trapacear, não contei toda a história: a reação dos demais dependia, na verdade, da camiseta que o ator vestia.

Quando ele vestia uma camiseta básica, os voluntários supunham que o ator pertencia à mesma universidade que eles (Carnegie Mellon), onde o experimento estava sendo conduzido. Isso se mostrou suficiente para induzir ao efeito de conformidade descrito na coluna da edição 73 (“Ações exemplares”, goo.gl/ZjDXd), e as taxas de trapaça atingiam 24,3%. Porém, se o ator estivesse vestindo uma camiseta da rival Universidade de Pittsburgh, a trapaça caía para apenas 3,6%. É como se, ao não trapacear, os voluntários estivessem querendo passar a seguinte mensagem: “Trapaça é coisa de gente da Pitt, aqui na CMU nós somos honestos”.

Em experimento publicado em 2005, um ator vestindo a camiseta de um time se fazia passar por um torcedor ferido. No mundo real, o efeito de *groupthink* (algo como “mentalidade de grupo”) poderia ter tido efeitos trágicos: torcedores do mesmo time eram mais propensos a ajudar o estranho ferido do que torcedores do time rival (ver estudo em goo.gl/3vumR). Aqui, o imperativo moral de oferecer ajuda era submetido antes a uma análise de “pertence” ou “não pertence ao meu grupo”.

Nos grandes eventos esportivos do Brasil sediará nos próximos anos, temos muito pelo que torcer (de preferência, não passivamente). Particularmente, torcerei, antes, para que a corrupção e a visão de curto prazo passem ao largo das obras de infraestrutura desses eventos; durante, para que o “joga bonito” prevaleça nos estádios e ginásios; e, depois, para que saibamos aproveitar da melhor maneira possível o legado desses eventos. E que os jogos possam resultar em maior união entre as nações, em vez de reforçar nossas rivalidades.

* FABIO F. STORINO É PESQUISADOR SÊNIOR DO GVCES.

POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

Mineração lapidada

A pequena mineração, apesar do adjetivo, tem um papel significativo no total de recursos minerais extraídos do solo brasileiro. Dependendo do tipo de minério, chega a representar 80% da produção. Na Amazônia, onde se concentra o principal foco da atividade, a maior ocorrência é de garimpo de ouro de aluvião, que atrai cerca de 450 mil trabalhadores.

“O que caracteriza pequenos mineradores é a falta de recursos, de gestão e de governança. Eles operam na informalidade”, explica o professor Giorgio Francesco Cesare de Tomi, do Laboratório de Planejamento e Gestão de Sistemas Georreferenciados (Lapol), da Universidade de São Paulo.

De Tomi é idealizador do Núcleo de Apoio à Pesquisa para a Pequena Mineração Responsável, no qual desenvolve trabalhos com garimpeiros que não sabem como se legalizar. “O governo tenta executar algumas medidas de apoio, mas é muito difícil. Fiscalizar uma ou duas minas da Vale é tranquilo. Mas como vistoriar milhares de pequenas operações?”, questiona.

Outro problema grave a enfrentar é o uso do mercúrio nos garimpos. Uma das alternativas apresentadas por De Tomi é a sua substituição pelo cianeto, um produto químico que, assim como o mercúrio, também consegue combinar-se com o ouro. “O cianeto é poluente se for jogado puro no meio ambiente. Mas, se for neutralizado – o que é fácil de fazer –, não tem problema. Como tudo, tem de ser usado com responsabilidade”, adverte.

Confira no website de PÁGINA22 a íntegra da reportagem que aborda os desafios da pequena mineração no território brasileiro.



OTAVIO NOBUETIRA

MUNDO Afora

VULNERABILIDADE GLOBAL

Com base em um relatório que mostra os impactos e a vulnerabilidade de 184 países em relação à mudança climática, o portal Dara Impact Matters apresenta as informações de forma interativa e organizada. É possível fazer *download* dos conteúdos do documento, estudar mapas-múndi e verificar os perfis das nações. As emissões de gases-estufa e o risco a que os países estão expostos são classificados como baixos,

moderados, altos, severos ou agudos. O objetivo é disseminar conhecimento acerca das mudanças do clima e, assim, facilitar o desenvolvimento de ações de adaptação. Acesse em bit.ly/UuLKK5.

ALÉM DA IRRACIONALIDADE

Já foi provado que animais têm memória, intuições, curiosidade e sentimentos, ainda que de forma diferente do que nós humanos conhecemos. No ensaio do fotógrafo britânico Tim Flach, é quase possível experimentar o que os bichos estão sentindo, pois as imagens captam expressões e poses que lembram humanos. Não é à toa que o nome do

ensaio é *More than humans* (ou “Mais que humanos”). Outras fotos mostram a beleza das cores nesses seres da natureza. O ensaio do premiado fotógrafo já virou livro e está rodando o mundo em exposições. Enquanto não chega ao Brasil, é possível ver as fotografias em timflach.com.



TIM FLACH

VALE O CLICK

PROCURAM-SE SOLUÇÕES

Ninguém melhor que os próprios moradores de uma cidade para sugerir boas ideias que melhorem a sua qualidade de vida, enquanto vivenciam os problemas e potencialidades locais. Por isso, o Sindicato da Arquitetura e da Engenharia (Sinaenco) lançou o site olhonofuturo.org.br, com uma campanha para que a população de 11 grandes metrópoles brasileiras envie sugestões de infraestrutura, mobilidade, urbanismo etc. As melhores ideias farão parte de um estudo que será entregue às autoridades no fim do ano.

ECO-BOM-HUMOR

De boas intenções o mundo está cheio. E de ideias “ecologicamente corretas” também. Só que nem todas são esteticamente bonitas ou funcionam na prática. Para criações como roupas de jornal velho, artesanatos de caixa de leite e vasos com sapatos crocs foi criado o bem-humorado *tumblr* “É sustentável, mas é horrível”. O título e as fotos falam por si só. (sustentavelhorriovel.tumblr.com)



DIVULGAÇÃO

DE OLHO NA CIDADES

Está cada vez mais completa a página do mobilize.com.br, que acompanha e avalia a mobilidade de várias cidades do Brasil. O site mobilize.org.br/acompanhe-a-mobilidade traz dados, indicadores, mapas, estudos, projetos e obras de mobilidade urbana. Há rankings que mostram como está a oferta de transporte público, o preço das passagens, as emissões de gases-estufa e o acompanhamento de obras (e promessas de obras).



Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2013



Inscreva as soluções que mudaram a realidade da sua comunidade nas áreas de alimentação, água, educação, energia, habitação, saúde, renda e meio ambiente.

R\$ 800 mil em premiações | Inscrições até 21 de junho, no site www.fbb.org.br/tecnologiasocial

Realização

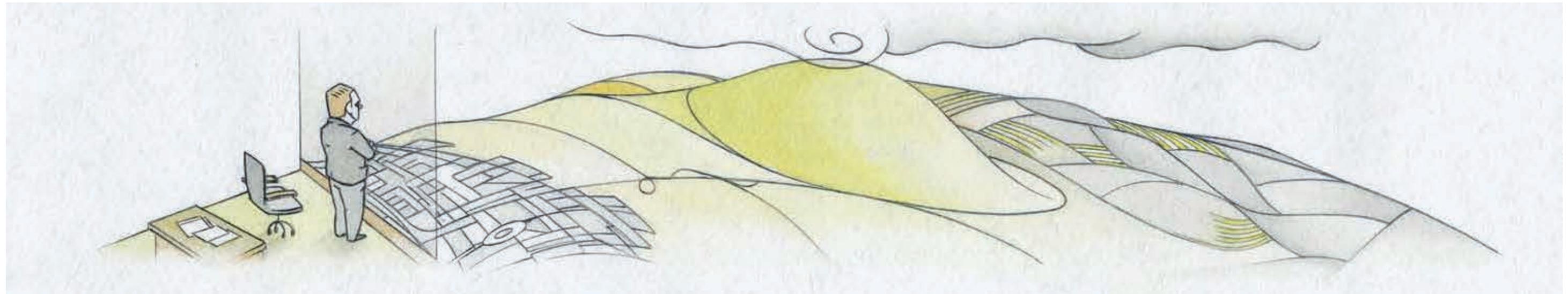


Parceria Institucional



Patrocínio





Cartilha **incompleta**... A falta de monitoramento põe em risco o sucesso do Programa Agricultura de Baixo Carbono **GISELE NEULS**

O Brasil está com a faca e o queijo na mão para produzir grãos e criar gado com baixa emissão de carbono. Pelos cálculos da Embrapa, se o Programa ABC [1] financiar 40 mil projetos de recuperação de pastagens e integração lavoura-pecuária até 2018, chegaremos a 2020 com uma redução de 150 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente (CO₂eq) na agricultura. Um cenário muito animador, em que, com apenas duas das seis linhas de investimento do programa, alcança-se a meta de corte nas emissões da agricultura estabelecida na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) – entre 133 milhões e 166 milhões de toneladas de CO₂eq, respondendo por pouco mais de um sexto da meta total de 1 bilhão de toneladas de CO₂eq. Mas ainda é cedo para saber se o País conseguirá degustar essa iguaria por inteiro.

No evento de lançamento do Observatório ABC [2], realizado em 14 de maio na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, o pesquisador Eduardo Assad, da Embrapa Informática Agropecuária, destacou ser necessária uma adesão mínima de 50% dos pecuaristas para atingir a meta do governo de recuperar 15 milhões de hectares de pastagens, o que corresponde a 78 mil pecuaristas com taxa de lotação média menor que 0,6 unidade animal por hectare (ua/ha). A recuperação dessas áreas degradadas permitiria aumentar a taxa de lotação média para 1 ua/ha, ótimo argumento para convencê-los a aderir ao programa.

O problema é como provar que o programa está de fato diminuindo as emissões. “Este é o ponto em que se avançou menos. O monitoramento está sendo desenvolvido, mas ainda não permite dizer em quanto os recursos desembolsados por meio do Programa ABC estão contribuindo exatamente para atingir a meta de redução de emissões da agricultura”, avalia Fernanda Rocha, pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaes (GVces).

Caio Rocha, secretário de Desenvolvimento Agropecuário e

Cooperativismo do Ministério da Agricultura (Mapa), reconhece a fragilidade: “Temos estimativas do potencial de redução dos projetos financiados, mas não contamos, ainda, com um dado preciso”.

Até o final do ano, a Embrapa concluirá estudos que definirão a linha de base para calcular o sequestro de carbono de cada uma das seis técnicas [3] priorizadas no ABC. Contudo, esse é apenas um dos ingredientes do monitoramento. Também será necessária a referência geográfica de cada projeto apoiado, análise química e estoque de carbono no solo no início do empreendimento. “Do ponto de vista científico, é simples, mas, do ponto de vista operacional, o monitoramento depende de negociação entre setor público e privado”, aponta Assad. Fernanda Rocha completa: “Isso implica inclusive aspectos da tecnologia da informação”.

Além do monitoramento, outro desafio é melhorar sua execução financeira, sobretudo quanto ao fluxo de empréstimos da linha ABC do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Segundo análise do Observatório ABC, o BNDES respondeu por apenas 9,5% dos desembolsos do programa desde seu início até 23 de janeiro deste ano. A esmagadora parte, 90,5%, foi contratada com o Banco do Brasil.

Uma análise do GVces [4] sobre a expansão do crédito do ABC recomenda avaliar se o BNDES – com histórico voltado para grandes financiamentos – é o melhor gestor dos recursos do programa, cuja demanda é pulverizada e o valor médio dos contratos gira ao redor dos R\$ 500 mil. Além disso, as regras de enquadramento de operações precisam ser mais bem explicitadas. Em outras palavras, os protocolos que norteiam as operações devem informar o que deve ou não ser financiado, de forma a garantir o cumprimento do objetivo final, que é reduzir emissões. “Politicamente, temos feito tudo o que podemos”, assegura Caio Rocha, “os bancos é que precisam aligeirar-se agora.”

Depois de um início tímido na safra 2010/11, quando executou apenas 20% dos R\$ 2 bilhões ofertados, o ABC começa a fermentar.

Segundo o Mapa, até março foram contratados R\$ 2,2 bilhões – 67% do total disponível para o ABC na safra 2012/13. Na próxima safra, o governo pretende aumentar o montante do programa para R\$ 5 bilhões. Falta, porém, melhorar a distribuição regional do dinheiro – 46% dos contratos estão no Sudeste – e eliminar a competição com outros programas que também financiam itens apoiados pelo ABC. No Norte e no Centro-Oeste, por exemplo, os fundos constitucionais cobram juros de 3% ao ano, enquanto os juros do Programa ABC são de 5%.

Laura Antoniazzi, da consultoria Agroicone, lembra que as vantagens para o produtor vão muito além da taxa de juro, incluindo

aumento da capacidade de lotação do pasto, valorização da terra e ampliação do estoque de carbono. “Os bancos precisam ensinar seus agentes a vender essa linha, o que pouco tem acontecido”, afirma.

[1] O Programa ABC é a linha de crédito criada para financiar o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) [2] Iniciativa de monitoramento do Plano ABC coordenada pelo Centro de Estudos em Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GVAgro), em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces). O estudo de Eduardo Assad pode ser consultado em observatorioabc.com.br. [3] As seis técnicas são: recuperação de pastagens degradadas, integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais, plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, florestas plantadas e tratamento de dejetos animais. [4] O Financiamento da Agricultura de Baixo Carbono no Brasil, disponível em bit.ly/115zCYm.

Metas por peso inibem reciclagem de metais

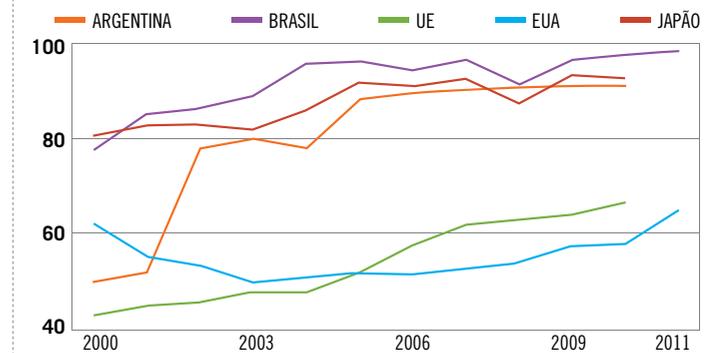
Produção e uso de metais não param de crescer. Nos países desenvolvidos, a demanda é puxada pela maior participação de tecnologias modernas, como energia eólica e solar, que utilizam proporção de metais muito superior à empregada pelo aparato tecnológico associado aos combustíveis fósseis. As nações em desenvolvimento, por sua vez, aumentam espetacularmente o consumo de metais, em virtude de sua rápida industrialização.

Dois estudos publicados no fim de abril pelo Painel Internacional de Recursos (IRC, na sigla em inglês), em parceria com o programa ambiental da ONU (Pnuma), recomendam medidas para atenuar e prevenir o que poderá se tornar conhecida como a crise global dos metais. Entre outras, os especialistas defendem uma estabilização nos níveis atuais de consumo de metais, o aprimoramento das técnicas de recuperação desse material em equipamentos eletroeletrônicos e a mudança de perspectiva nas políticas de reciclagem – da ênfase em metas quantitativas para o enfoque nos diferentes metais presentes nos produtos, mesmo que em baixa concentração.

Segundo o IRC, a crescente complexidade dos produtos dificulta extrair e reusar metais valiosos. É o caso do telefone celular, que pode conter mais de 40 elementos químicos, inclusive metais comuns,

como cobre e estanho e metais preciosos. Os estudos *Environmental Risks and Challenges of Anthropogenic Metals Flows and Cycles* e *Metal Recycling: Opportunities, limits, infrastructure* encontram-se disponíveis, respectivamente, nos links bit.ly/18joooh e bit.ly/1436Hpg. (JAGP)

TAXA DE RECICLAGEM DE LATAS DE ALUMÍNIO (EM %)



FONTE: PNUMA, METAL RECYCLING: OPPORTUNITIES, LIMITS, INFRASTRUCTURE (MAIO 2013, P. 139) ELABORAÇÃO: PÁGINA 22

Retorno indigesto | Após quatro anos, o governo retoma o carvão nos leilões de energia elétrica. E interesses regionais são atendidos MAGALI CABRAL

O que tanto se temia aconteceu no dia 9 de maio, data em que o Observatório de Mauna Loa, no Havaí, registrou uma concentração média de 400,03 ppm (partes por milhão) de CO₂ na atmosfera. Foi a primeira vez na história humana que a concentração de CO₂ ultrapassou 400 ppm. A marca simbólica confirma a tendência inequívoca de que o planeta rumará para um quadro climático devastador neste século. Alguns dias antes, 3 de maio, o *Diário Oficial da União* publicou portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) que incluiu o carvão mineral – a fonte de energia que mais libera CO₂ entre todos os combustíveis fósseis, além de outros gases tóxicos, como o enxofre – no leilão A-5 de energia elétrica a se realizar em agosto [1]. A justificativa do governo ao priorizar o carvão em detrimento da competitiva fonte eólica é a de garantir segurança no fornecimento energético.

O carvão mineral responde por 39% da geração elétrica global e deverá equiparar-se ao petróleo como uma das principais fontes de energia até 2022, segundo relatório da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), divulgado em dezembro (*mais em bit.ly/T5HVho*). É irônico que até o Brasil, detentor da matriz elétrica mais limpa do mundo industrializado, poderá contribuir com essa projeção. Hoje apenas 1,5% da matriz elétrica do País é composta de energia proveniente de termelétricas a carvão. No entanto, o Rio Grande do Sul possui imensas jazidas do minério, estimadas em cerca de 23 bilhões de toneladas, o equivalente a 90% das reservas brasileiras conhecidas, e o mercado está de olho nesse potencial energético.

O presidente da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Elifas Simas, comemorou a decisão do MME de reinserir as térmicas a carvão nos leilões, após mais de quatro anos. Além do interesse econômico, dado que a CRM é fornecedora da matéria-prima, para Simas o carvão ajudará a tornar mais estável a geração elétrica. “Vamos concorrer com isonomia entre as outras fontes e vamos ganhar”, diz, confiante. A CRM é uma empresa de economia mista, controlada pelo governo gaúcho. Simas afirma que Alemanha, Japão e

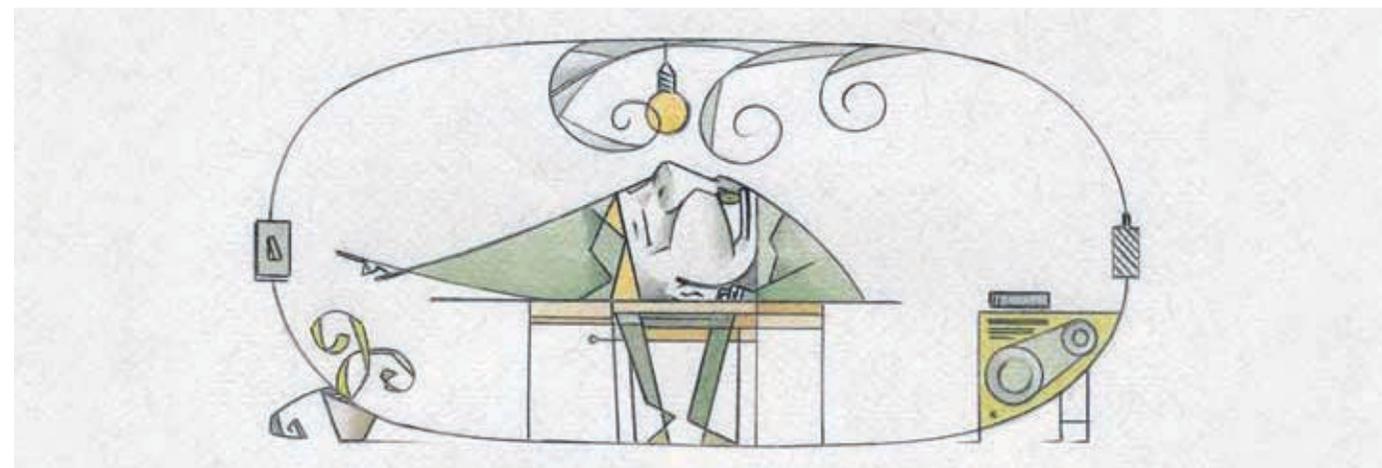
Estados Unidos estão convertendo suas matrizes para o carvão por ser economicamente mais vantajoso e já terem desenvolvido tecnologias que reduzem substancialmente a emissão de poluentes. Porém, no caso do Brasil, o gestor reconhece que ainda há problemas com emissão de enxofre e de CO₂. “Algumas usinas precisam e devem ser melhoradas nas áreas ambiental e de sustentabilidade”, admite. Mas, defende ele, os investimentos em pesquisa decorrerão da ampliação da fatia da fonte na matriz elétrica brasileira.

O coordenador do programa de mudanças climáticas do WWF-Brasil, Carlos Rittl, estranha a retomada do carvão na estratégia energética brasileira. “Há anos o governo manifestava intenção de manter o minério fora dos leilões”, diz. Na queima não tratada, o carvão produz, além do CO₂ e do enxofre, a temida chuva ácida.

“Chuva ácida não existe mais”, rebate Carlos Hoffmann Sampaio, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e coordenador da Rede Carvão [2]. Sampaio conta que hoje em dia o enxofre (substância que forma a chuva ácida) é totalmente precipitado – retira-se o gás tóxico durante a queima do carvão, utilizando-se calcário, ou logo após a queima, por meio de lavagens.

O valor da energia do carvão será competitivo se adicionados investimentos para limpar suas emissões? É a dúvida do professor Gilberto Jannuzzi, da Universidade de Campinas (Unicamp). “Se o MME buscar nos leilões apenas o menor custo, haverá aumento nas emissões.” Segundo o acadêmico, energia é para ser pensada a longo prazo, uma vez que a urgência do curto prazo leva a decisões que comprometem o meio ambiente. Em sua opinião, é compreensível que o governo queira atender a interesses regionais (os projetos do leilão de agosto devem fornecer energia a partir de 2018). “Nesse caso, que se estabeleçam prazos seguros de até dez anos para a implantação das térmicas a carvão.”

[1] Portaria nº 137, de 30/4/2013. [2] Foi criada em 2006 pelo MME e reúne cerca de 200 especialistas que buscam otimizar o uso do produto nacional em substituição ao minério importado.



ENTREVISTA ANDERSON SUZUKI

CARGA FISCAL INVIABILIZA VENDA DE CARRO ELÉTRICO

A montadora japonesa Nissan alcançou em fevereiro a marca simbólica de 50 mil veículos do modelo Nissan Leaf vendidos mundialmente. Líder de mercado no segmento de carros elétricos, o Leaf foi lançado em dezembro de 2010 como o primeiro veículo 100% elétrico comercializado em larga escala. Com emissão zero de poluentes atmosféricos, o automóvel já roda nas ruas de São Paulo e Rio de Janeiro, cidades onde a Nissan desenvolve projetos-piloto com 12 táxis elétricos para atrair a atenção da opinião pública e influenciar o governo a negociar uma política de incentivos fiscais às vendas do carro. Anderson Suzuki, gerente de novos negócios da Nissan, falou sobre os principais desafios que a empresa enfrenta para fomentar o mercado de elétricos no País. **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

O que emperra a criação de um mercado para o carro elétrico no Brasil?

O custo do veículo em si, que passa dos R\$ 200 mil ao ser importado. Mas, com certeza, o maior custo do veículo elétrico é a bateria. Para reduzi-lo, precisamos de mais carros elétricos nas ruas. Quando se aumenta o volume de vendas, melhora o poder de negociação com os fornecedores. Também é possível diminuir o custo das baterias com aprimoramento tecnológico. Não posso fixar uma data, mas antes de 2020 a autonomia do Nissan Leaf será aumentada para 400 quilômetros, 150% acima dos 160 atuais.

Um grande entrave ao crescimento do mercado de elétricos é essa autonomia limitada da bateria, sobretudo para percorrer longas distâncias, como nas rodovias. Como a Nissan vê o problema?

Nos eletropostos com alta voltagem já existentes nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, é possível carregar 80% da bateria em meia hora, o que lhe propicia uma autonomia de 120 quilômetros de rodagem. Há, também, a carga noturna, quando a bateria é carregada em casa mais lentamente, por oito horas, e fica 100% abastecida. Assinamos um memorando com a BR Distribuidora em junho de 2012 para estudar o desenvolvimento da infraestrutura de carregamento rápido dentro dos postos.



Além da infraestrutura de carregamento, o que mais falta no Brasil para que o Leaf deslanche?

O preço precisa ser acessível para o cliente. Hoje a questão dos incentivos, tanto fiscais como não fiscais, é fundamental. Ou seja, é inviável vender o carro elétrico no Brasil com a atual taxação sobre o veículo.

Qual é a carga tributária que incide sobre o Nissan Leaf no Brasil?

Cobram-se 35% de Imposto de Importação, 25% de IPI, 12% de ICMS e 9,25% de PIS/Cofins. Depois, há os impostos para manter o veículo. Não existe, por exemplo, nenhum abatimento no IPVA, que é de 4% sobre o valor do automóvel.

A Nissan está otimista quanto a uma possível redução na carga fiscal decorrente da inclusão em maio do carro elétrico no novo regime automotivo?

Certamente. Essa alteração no decreto Inovar Auto é o primeiro passo para que outras iniciativas dos governos federal, estaduais e municipais incentivem a comercialização de veículos híbridos e 100% elétricos.

O Inovar Auto contempla incentivos para as montadoras que melhorarem a eficiência de seus veículos em 12% no mínimo até 2017. Tal medida é suficiente para fomentar o mercado de elétricos no País?

Nosso entendimento é que a maior eficiência

energética puxará para cima os números das montadoras que tiverem veículos mais eficientes, como é o caso do carro elétrico. É lógico que o efeito será maximizado quando os volumes de vendas de veículos elétricos aumentarem, o que está ligado a incentivos fiscais e infraestrutura de carregamento veicular.

Quanto custa esse mesmo carro nos Estados Unidos e no Japão?

Nos Estados Unidos, US\$ 32 mil; no Japão, acho que sai por volta de US\$ 35 mil.

Quais tipos de incentivo são concedidos nos países desenvolvidos?

Nos mercados dos EUA e do Japão, há incentivos para baratear o carro. No Japão, os incentivos são de 48% sobre o valor. O cliente americano consegue US\$ 7.500 do valor pago no carro elétrico de volta na Declaração do Imposto de Renda.

Pelo visto, o veículo elétrico no Brasil é tratado pela política tributária como se fosse um carro a combustão.

Até diria que somos tratados com impostos acima dos que incidem sobre os carros a combustão. Pagamos 25% de IPI, que é a alíquota máxima desse tributo, embora o gasto do elétrico com recarga da bateria por quilômetro rodado represente um terço do custo para percorrer o mesmo quilômetro com gasolina.



Ex-diretor das revistas *Placar* e *Playboy*, o jornalista Juca Kfourri é colunista da *Folha de S.Paulo* e do UOL, apresentador do programa de rádio CBN Esporte Clube e comentarista da ESPN Brasil. É formado em Ciências Sociais pela USP

O estilingue da Copa

POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA E THAÍS HERRERO FOTO ARTHUR FUJII

A apaixonado por futebol e pelo Corinthians, o jornalista **Juca Kfourri** rema mais uma vez contra a maré ufanista que costuma tomar conta do Brasil antes, durante e após as Copas do Mundo, nas vezes em que a seleção nacional vence o torneio. Sem papas na língua, principalmente em sua cruzada contra Ricardo Teixeira e aliados, que há décadas dominam a cartolagem no futebol brasileiro, o jornalista dispara contra a realização dos dois megaeventos esportivos que o Brasil sediará em 2014 e 2016.

“Talvez eu não tenha espírito empreendedor ou uma visão global. Ou seja um cara medíocre, que pensa que não se deve fazer um megaevento desse tipo e gastar dinheiro com campo de futebol, enquanto houver mendigos nas ruas e necessidade de construir hospitais”, disse Kfourri a PÁGINA22, que o entrevistou por mais de uma hora na tarde nublada do dia 17 de maio, sexta-feira, em seu apartamento no bairro de Higienópolis, em São Paulo.

O jornalista admite que sua opinião colide com a onda otimista e verde-amarela que se formará por todo o País em torno da Copa e das Olimpíadas. “Se pensarmos do meu jeito, o homem nem teria chegado à Lua. Como vamos para a Lua se há gente passando fome na África? Eu compreendo, talvez seja uma deficiência minha, mas é por isso que eu sou jornalista. Sou estilingue, e não vidraça. Admito.”

O ex-jogador e deputado federal Romário (PSB-RJ) tem levantado várias denúncias sobre supostos desvios de verbas por dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e protocolou um requerimento para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de devassar as contas da entidade (mais em entrevista à pág. 40). O senhor é otimista em relação aos desdobramentos da movimentação do Romário no Congresso?

Otimista, não. É um bom barulho, mas não acredito que ele será bem-sucedido. O conflito de interesses é muito forte (entre alguns parlamentares e executivos de entidades esportivas). A Bancada da Bola está cada vez mais influente e neste momento não há nenhum interesse de o governo levar isso adiante. Embora aparentemente o governo não goste da superestrutura do nosso futebol, ao mesmo tempo tem de jogar com ela para que a Copa transcorra dentro de uma certa normalidade.

Se a CPI fosse instalada, não seria uma grande oportunidade de fazer uma limpeza ética na CBF?

Já houve duas enormes CPIs, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Dizer que não deu em nada é bobagem, porque a sociedade foi bastante informada sobre o que se passava nos bastidores dessas nossas instituições futeboleiras. Mas objetivamente mudou muito pouco. Inclusive, temos visto o instrumento da CPI ser desvalorizado. Existe um problema estrutural no futebol brasileiro e na sua gestão. E não é apenas no futebol. Essa estrutura para ser mudada depende de um esforço da sociedade.

No futebol ou no esporte em geral?

No esporte como um todo. Basicamente é a mesma coisa em uma escala maior ou menor de democratização. Mas infelizmente os governos não se sensibilizam em fazer isso. A teoria mais maluca que tenho é baseada na minha experiência. Já conversei sobre política esportiva e estrutura do futebol com três presidentes da República: Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Lula.

O Collor, em dois minutos, deixou muito claro que, embora tivesse o Zico como secretário Nacional de Esporte, sua preocupação era só dar choques e não mexeria em nada. O coronel alagoano... não seria ele a fazer. Com o Fernando Henrique, percebia-se que ele tinha a dimensão da coisa sociologicamente... mas, ao mesmo tempo, não tinha. Cada vez que eu conversava com ele, ficava com a impressão de que, quando eu saía da sala, ele falava para a próxima pessoa que entrava: “O Juca está maluco. A Rússia está quebrando, bate muita gente na minha porta e ele acha que vou mexer na CBF?” Embora a legislação esportiva brasileira tenha registrado seus maiores avanços graças ao então secretário-executivo do Ministério do Esporte e Turismo, José Luiz Portella, com o Estatuto de Defesa do Torcedor e a Lei da Moralização do Futebol (ambos gestados no governo FHC e sancionados pelo presidente Lula em maio de 2003).

Muito bem, o que acontece com o governo Lula? O professor Gabriel Couto disse certa vez que só respeitava sociólogo no Brasil que tivesse o fundilho das calças unido pela arquibancada. E o Lula tinha. Diferentemente da minha relação com Fernando Henrique, que era de aluno e professor, com o Lula era algo mais próximo. Eu era diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo quando começaram as greves

Nunca fomos o 'país do futebol'. Durante anos, fomos o 'país do jogador de futebol'

do ABC no fim da década de 1970. Eu era o jornalista destacado para acompanhar tudo o que acontecia com as greves do ABC.

Conheceu o Lula nas greves?

Sim, por volta de 1978, 1979. Quando se elegeu presidente da República no fim de 2002, o Lula me telefonou e pediu uma reunião com umas 20 pessoas para fazer uma proposta de política esportiva. Disse a ele que estava maluco, mas que certamente não faltariam propostas de política esportiva. Que cada ala do PT deveria ter uma, Recife uma, São Paulo uma, e ele disse: “Você está enganado, ninguém tem”. Nós fizemos a convocação em 25 dias e um grupo de pessoas participou: Raí, (José) Trajano, Roberto de Freitas, aquele bando de funcionários do PT. Até recebeu formalmente a proposta do grupo. E ele teve a generosidade de assinar como suas primeiras leis a Lei da Moralização do Futebol e o Estatuto de Defesa do Torcedor. Generosidade, porque este último era uma lei falida que o governo FHC conseguiu aprovar no Congresso. Foi a única lei nos oito anos da gestão Fernando Henrique que foi aprovada por unanimidade, por acordo de lideranças.

Então, o Gilberto Carvalho (chefe de gabinete de Lula) me telefonou perguntando se eu ia a Brasília para a cerimônia de assinatura da Lei da Moralização. Respondi que não. O Gilberto, então, insistiu, dizendo que o presidente Lula gostaria que eu participasse da solenidade. Acabei aceitando o convite e puseram-me na primeira fila. O Lula abriu o discurso dizendo o seguinte: “Nunca mais vamos ouvir o jornalista Juca Kfour, aqui presente, dizer que no Brasil torcedor é tratado como gado”. E terminou o discurso com “a presença dele aqui é a homenagem que faço a todos os jornalistas que estes anos todos foram processados e tiveram as credenciais negadas por essa cartolagem”.

Eu tinha 52 anos de idade, já era avô, mas esmurrava o ar de felicidade. Passaram-se seis meses e Lula estava de braços dados com Ricardo Teixeira (presidente da CBF na ocasião) para fazer aquele jogo no Haiti. O presidente Lula cometeu a insanidade de criar uma loteria para dar dinheiro aos caras que criaram a dívida sem uma contrapartida de mudança de modelo de gestão. E mais, prometendo em uma segunda-feira que a loteria seria criada por um projeto de lei, mas assinando como medida provisória na quarta. Ele me levou a escrever uma coluna na *Folha* intitulada “Lula, o traidor”. E nunca mais nos falamos.

No Brasil e no mundo, com algumas exceções, o esporte é das últimas instituições que serão mudadas, porque ela não se limita a ser

conservadora. Ao pensamento conservador o mundo deve muito em momentos importantes da História. Ao me assumir como democrata eu defendo a existência da direita e da esquerda. E descobri com a democracia que tem bandido e gente boa na direita como tem na esquerda. Essa é uma das vantagens da democracia.

Só que a estrutura do esporte, além de ser conservadora, é profundamente reacionária, absolutamente refratária a qualquer tipo de mudança. É corruptora e corrompida. E no Brasil, diferentemente do que se dá na Inglaterra, a estrutura do esporte vive de migalha, mata a galinha dos ovos de ouro. Porque essa gente é muito árida, muito sedenta; não tem sequer competência para roubar a longo prazo. Quer raspar o tacho. O “País do Futebol” faz um Campeonato Nacional com média de público inferior a 15 mil pessoas por jogo, menor que a média de público da Segunda Divisão da Inglaterra. Pesquisas mostram que a maioria das pessoas se diz desinteressada pelo futebol: 26% não se interessam por esse esporte, 22% torcem para o Flamengo, 19%, para o Corinthians, 13%, para o São Paulo.

Por que, então, o Brasil é chamado de “País do Futebol”?

Nunca fomos o “país do futebol”. Durante muitos anos fomos o “país do jogador de futebol”. O Brasil não reverencia esse esporte como o inglês, por exemplo. Não há um lugarzinho, um estádio que se assemelhe ao Old Trafford, o estádio do Manchester United, na Inglaterra. Lá, aonde você vai, respira esporte, sente o cheiro da bola de couro, da chuteira, dos craques. Os caras têm as estátuas dos seus heróis, o túnel em homenagem aos jogadores que morreram num acidente aéreo com seus objetos.

Mas o Brasil para, quando a Seleção joga na Copa.

Porque a Copa do Mundo é uma manifestação que envolve gente que gosta e que não gosta de futebol, mas que não deixa de dormir no dia que o Brasil perde.

Se não é o País do Futebol, quais seriam os esportes de maior destaque no Brasil? Temos problemas estruturais nos individuais, não apoiamos os atletas, alguns esportes coletivos em que o Brasil se destacava decaíram bastante, como o basquete masculino. Não sobraria o futebol, em que nos tornamos grandes exportadores de talentos?

Deixa só eu terminar o raciocínio dessa coisa reacionária. Ela raspa o tacho. A intangibilidade de alguns preços e custos no esporte (favorece a corrupção e a má gestão). Quanto vale o (Lionel) Messi? Uns 150 milhões de euros? Mas acabaram de comprar um zagueiro na Europa por 90 milhões de euros. Será que o Messi só vale 60 milhões de euros a mais que um zagueiro? Ou ele valeria 200 milhões de euros? E o Pelé valeria quanto se o Messi valesse 200 milhões de euros? 400 milhões?

Isso explica por que essa estrutura é tão conservadora e por que as pessoas quando chegam à direção de uma entidade não querem contrariar quem está no poder.

Você também é um crítico ácido da realização das Olimpíadas no Brasil.

Não faz o menor sentido o Brasil sediar as Olimpíadas. É um país que tem 513 anos sem uma linha de política esportiva.

Nem uma linha de política pública de educação para o esporte.

O Brasil até hoje não sabe o que quer ser quando crescer em matéria de esporte. É um país que está de costas para um dado da Organização Mundial da Saúde (OMS) que mostra que a cada dólar investido em acesso ao esporte economizam-se 3 dólares em gastos na saúde pública. O Ministério da Saúde no Brasil é o Ministério da Doença, que corre atrás de contratar médico cubano, português, italiano, porque não tem uma distribuição correta de médicos pelo Brasil. Um país que não foi capaz de erradicar a dengue e ainda não entendeu o esporte como fator de saúde.

Faz sentido realizar as Olimpíadas num lugar desses? E qual é a justificativa mentirosa, falsa, canalha? “Ah, os Jogos Olímpicos vão estimular a prática do esporte”. Este País que não tem quadras poliesportivas em boa parte das escolas vai fazer as Olimpíadas, gastando sabe lá Deus quanto. Estão fazendo essas Olimpíadas com a mesma gente que fez os Jogos Pan-Americanos no Rio em 2007, que foram um fiasco.

Os Jogos Olímpicos não seriam um bom pretexto para o Brasil implementar uma política pública mais ousada de esporte e educação para o esporte?

Mas, começar pelo fim, trazendo as Olimpíadas? Veja o absurdo. Uma política pública de esporte desembocaria nas Olimpíadas, e não o contrário.

Como os Jogos de 2016 são irreversíveis, não seria mais pragmático aproveitar o evento para iniciar um processo de formação de uma geração sólida de atletas?

Claro que não, você acha que se faz uma geração de esportistas em quatro, cinco, seis anos?

Quis levantar a questão sobre como minimizar o prejuízo, uma vez que os Jogos de 2016 são um fato consumado. É possível aproveitá-lo?

Não, porque na prática maximiza o prejuízo. A preocupação do Ministério do Esporte e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) é fazer o Brasil ficar entre os dez primeiros (medalhistas) nas Olimpíadas. Daqui a pouco vai aparecer um atleta dando entrevista na Ucrânia e vai ser naturalizado brasileiro para fazer medalha para nós. Apostou-se nos esportes que mais têm a ver com medalhas individuais, mas que não têm nada a ver com nossa cultura. E estamos engolindo uma falácia. Não há o menor sentido em o Brasil ficar entre os dez primeiros países nas Olimpíadas. Porque será uma coisa feita para aquilo (as Olimpíadas), sem nenhuma sustentabilidade. Vai-se dissolver lá, como tudo o que é sólido, e ponto. É até desumano.

Como um cara que cobre essa área a vida inteira, estou pouco me lixando para o Brasil ganhar medalhas olímpicas. Quero que os indicadores de saúde do povo brasileiro melhorem. Quero que, da quantidade das pessoas que vão fazer esportes, possa-se tirar qualidade. O brasileiro tem aptidão especialmente para esportes com bola e coletivos. Aí começamos a constatar coisas que, claro, quem não é da área não presta atenção. Sabe quantos remadores da nossa equipe olímpica são da Região Amazônica? Nenhum. Eles vêm da raia olímpica da Universidade de São Paulo (USP) e da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro.

A Inglaterra não foi escolhida porque não ia ter empreiteira

E a maior parte da água doce do Brasil encontra-se na Amazônia.

Garotinho de 5 anos vai remando para a escola, na margem do Rio Solimões, no Rio Negro. Veja se alguém já foi lá prospectar talentos no remo. Nunca.

E a questão da melhora na infraestrutura de estádios e parques olímpicos que esses megaeventos prometem trazer?

Se você me perguntar: “Juca, se você fosse presidente do Brasil, faria a Copa do Mundo aqui? Eu diria que não. Talvez eu não tenha espírito empreendedor ou uma visão global. Ou seja um cara medíocre, que pensa que não se deve fazer um megaevento desse tipo e gastar dinheiro com campo de futebol, enquanto houver mendigos nas ruas e necessidade de construir hospitais. Aí, você pode me dizer “Juca, essa é uma postura simplória porque não se faz a Copa do Mundo, mas também não se faz hospital nem se tira gente da rua. Se pensarmos assim, o homem nem teria chegado na Lua. Como vamos para a Lua se há gente passando fome na África?” Eu compreendo, talvez seja uma deficiência minha, mas é por isso que eu sou jornalista. Sou estilingue, e não vidraça. Admito.

Como admito que se ouve por aí que, se a África do Sul fez uma Copa, por que o Brasil não pode fazer? Espere aí. O Brasil deveria fazer a Copa do Mundo do Brasil no Brasil. Não a da Alemanha, a da Ásia no Brasil.

Estamos fazendo a Copa do Mundo construindo praticamente 12 novos estádios ao passo que os EUA, em 1994, só construíram um, adaptando campos de beisebol e de futebol americano. A França, em 1998, só fez um estádio, o Stade de France, em Saint-Denis, um subúrbio ao norte de Paris.

Cobri (*o jogo entre*) Brasil e Noruega no Stade Vélodrome, em Marselha, no sul da França. Era o mesmo estádio em que o Brasil tinha jogado a Copa de 1938, 60 anos antes. Claro que com fibra ótica, outra louça no banheiro. Mas era o mesmo estádio, porque a comunidade de Marselha impediu que se mexesse nele.

No âmbito dos compromissos e promessas, o que eu vi na África do Sul é muito parecido com o que está acontecendo agora. Não é à toa que a última Copa do Mundo foi na África do Sul, a próxima é no Brasil, depois será na Rússia e a seguir no Catar. Olhe bem para o controle social que se dá nesses países. Sabendo-se que a Inglaterra se candidatou pra fazer a Copa de 1918 e só teve um voto. A Inglaterra faria a Copa amanhã sem uma obra. Por que eles não foram escolhidos? Porque não ia ter empreiteira.

A África do Sul nem tem tradição no futebol.

O problema maior é fazer onde não há controle social. Sabe qual foi o prejuízo da África do Sul na Copa de 2010? US\$ 4 bilhões. Sabe qual foi o lucro da Fifa no torneio? US\$ 4 bilhões.

De onde veio esse prejuízo?

Dinheiro que foi investido com a promessa de que voltaria e não voltou.

Por que Manaus e Cuiabá foram escolhidas para receber jogos da Copa em vez de Belém e Goiânia, onde há maior tradição futebolística?

Por que estão fazendo um estádio em Itaquera se já tem o Morum-

bi, que há 50 anos serve o futebol mundial? Não é o estádio ideal, mas nossa preocupação não seria fazer estádios ideais para eventos de um mês em que se receberão cinco jogos. O foco deveria voltar-se a termos aeroportos ideais, vias de acesso ideais, transporte coletivo ideal, rede hospitalar ideal. Não um estádio de futebol. Um campeonato nacional tem em média 15 mil pessoas por jogo e não ocupamos a capacidade criada no tempo da ditadura.

Naquela época se andou fazendo estádios pelo País como um fator de integração nacional. Em Erechim (RS), por exemplo, construiu-se um para 40 mil pessoas, mais gente que a população da cidade, sob a justificativa de que também atenderia aos municípios vizinhos. Claro que o estádio nunca lotou. E nós estamos reproduzindo isso na democracia, sob a justificativa de fazer a Copa do Mundo.

E os compromissos com ações sustentáveis nos dois megaeventos?

Vou falar de uma coisa que não aconteceu no século passado, aconteceu há seis anos no Brasil, nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, para entender por que não acredito em nenhum desses compromissos ecológicos. Eram três os legados prometidos nos Jogos: despoluição da Baía de Guanabara, despoluição da Lagoa Rodrigo de Freitas, metrô ligando o Galeão à Vila Pan-Americana. Não foram entregues nenhum desses legados e os brasileiros passaram vergonha nas regatas e nas maratonas. O Pan-Americano foi orçado em R\$ 400 milhões em dinheiro público, mas os gastos chegaram a R\$ 4 bilhões, dez vezes mais que a projeção inicial.

O senhor comentou antes que teve reuniões com Collor, FHC e Lula. E com a presidente Dilma Rousseff, já falou alguma vez?

Nunca falei com a Dilma. A presidente me passa a sensação de que tolera conviver com Sarney, Renan Calheiros, mas não com esses caras do futebol. “Não vou conviver com o cara que torturou meu ex-marido” (*Carlos Araújo, que foi torturado pelo delegado Sérgio Fleury em São Paulo*). Há discursos do José Maria Marin (*presidente da CBF*) fazendo elogio ao Fleury. Ela também deve pensar consigo mesma que não sentará com Ricardo Teixeira, porque sabe das denúncias que o acusam de corrupção.

Como livrar a gestão do esporte dessa turma do Ricardo Teixeira?

É uma coisa difícil, o Estado não tem esse poder. Agora, é possível combater as dívidas dos clubes de futebol, tendo como contrapartida um trabalho com crianças, levá-las aos centros de treinamento do São Paulo, do Palmeiras. Vai ver se tem algum pretinho de São Januário nadando na piscina (*onde está localizado o estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro*). E não tem ninguém que fiscalize. 122



Walmart Brasil



O WALMART BRASIL BUSCA SER UMA EMPRESA SUSTENTÁVEL. SUA CULTURA DO MENOR PREÇO É BASEADA NISSO: TUDO O QUE ECONOMIZAMOS EM ÁGUA, ENERGIA, RESÍDUOS, SACOLAS E NOVOS PRODUTOS, REPASSAMOS PARA VOCÊ. O WALMART NÃO DESPERDIÇA NADA PARA VOCÊ ECONOMIZAR EM TUDO. PARTICIPE, FAÇA SUA PARTE!

ATTITUDES SUSTENTÁVEIS TÊM MUITO VALOR PARA O SEU BOLSO E PARA O PLANETA 🌱

EMENOR PREÇO

Assim a carne chega ao consumidor por um processo produtivo mais transparente, com mais qualidade e, claro, o menor preço garantido.

Desta forma, temos certeza de que a carne que vendemos tem origem segura, livre de desmatamento, o que contribui para a conservação da Floresta Amazônica e para que o aquecimento global não aumente.

Em parceria com o frigorífico Marfrig Alimentos e a ONG ambiental TNC, estimulamos a recuperação de áreas degradadas e o aumento da produtividade de pastagens, construindo um modelo de cadeia de pecuária mais sustentável.

O Walmart Brasil desenvolveu um sistema de monitoramento e gestão de riscos sociais e ambientais, pelo qual, junto com nossos fornecedores, conseguimos identificar a origem da carne oferecida aos nossos clientes em todo o Brasil.



VENDE-SE

Como a globalização transformou a prática esportiva em uma máquina de fazer dinheiro

POR MAGALI CABRAL FOTOS AMANDA ABAD



Os interesses econômicos que circundam o momento idílico de um torcedor diante da performance de seu time de coração são tantos e envolvem uma gama de mercados tão extensa que algumas poucas páginas seriam insuficientes para acomodar todas as variantes. Alguns recortes possíveis são os grandes movimentos históricos do século XX, que fizeram do esporte um fenômeno socioeconômico de massa; a lógica mercantilista atrás dos grandes eventos, atraindo ao consumo bilhões de pessoas ávidas por lazer e entretenimento; e a globalização do setor.

Esse conjunto de transformações no contexto do esporte foi responsável por um impacto expressivo no Produto Interno Bruto (PIB) dos países industrializados e de média industrialização, caso dos Brics. Exemplos brasileiros dão uma ideia do potencial desse mercado: o setor esportivo cresceu na década passada incríveis 6,2% ao ano, em média [1] – isso sem Copa do Mundo e Jogos Olímpicos no calendário –, enquanto o aumento anual

médio do PIB nacional no mesmo período não passou de 3,2%. [2].

Os franceses Jean-François Bourq e Jean-Jacques Gouquet [3] relatam que o esporte começou a conquistar dimensão global ainda no século XIX, com os torneios internacionais de tênis Wimbledon (Londres, Reino Unido) e o US Open (Aberto dos Estados Unidos), que tiveram início em 1877 e 1881, respectivamente, e os Jogos Olímpicos modernos, em 1896. Entretanto, a sua transformação em setor econômico com intensa movimentação de capitais ocorreu quase um século mais tarde, nos anos 1980, quando os países desenvolvidos reagiam ao fim dos *trinta anos gloriosos* – período do pós-guerra (de 1945 a 1975) –, caracterizados por alto crescimento econômico

[1] O dado é do economista Istvan Kasznar e do advogado Ary Graça Fº, autores de *A Indústria do Esporte no Brasil – Economia, PIB, Emprego e Evolução Dinâmica* (M. Books, 2012). [2] Dados do estudo *Brasil Sustentável: Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*, produzido pela Ernst & Young em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). [3] Autores de *Economia do Esporte*, publicado no Brasil pela Editora da Universidade Sagrado Coração (Edusc), em 2005.

Para estudiosos, a mercantilização excessiva ameaça os valores que constituem a essência do esporte, como o *fair play*, o respeito a si e aos adversários

sustentado no modo de produção fordista, em que a base tecnológica do capitalismo eram as linhas de produção

▲ No início do século XX, Henry Ford fundou a Ford Motor Company. O modelo T, ou o Ford Bigode, como era chamado pelos brasileiros, foi o primeiro automóvel fabricado em linhas de montagem para produção em série

em massa concebidas por **Henry Ford** ▲.

O mundo do esporte ilustra muito bem o movimento pós-fordista, que tem início em meados dos anos 1970, quando o capital começa a buscar inovações para driblar a estagnação dos mercados de produtos padronizados. O sociólogo Wolfgang Streeck, diretor do Instituto Max Planck para o Estudo das Sociedades, sediado em Colônia, na Alemanha, explica em artigo publicado na revista *Piauí* de abril que, naquele período, as empresas começaram a colocar a individualização, tanto dos consumidores quanto dos produtos, a serviço da expansão comercial. Ou seja, novas linhas de produção permitiram a customização de bens de consumo, reforçando a ideia de diferenciação.

“Sem acabar com a produção em massa, os mercados substituíram o objetivo de satisfação das necessidades pelo objetivo de atendimento dos desejos”, afirma. Os automóveis talvez representem o exemplo mais contundente. Porém, a indumentária esportiva também é um grande destaque quanto à sofisticação que se pode agregar a alguns bens de consumo.

Duas empresas alemãs simbolizam a transformação do esporte como instituição social, que, de acordo com Streeck, migrou de uma cultura de ascetismo para outra de narcisismo consumista em menos de três décadas. As alemãs Adidas e Puma, que, até o fim do fordismo, não passavam de produtoras locais de dois ou três estilos de chuteiras de futebol e tênis de corrida, transformaram-se em companhias globais multibilionárias. Passaram a ganhar dinheiro, basicamente, com produtos de moda, que vão de centenas de modelos de tênis a perfumes.

Até o início dessa transformação, os Jogos Olímpicos, segundo o sociólogo alemão, “eram um domínio dos ‘amadores’, de quem se esperava que não ganhassem dinheiro nenhum naquela atividade, considerada oficialmente como não mais que uma obsessão pessoal ou, conforme o caso, um dever patriótico”.

É a partir da metade da década de 1970 que se estabelece uma mudança de grandes proporções, na qual a lógica do amadorismo, ou “espírito esportivo”, transforma-se em uma gigantesca máquina de fazer dinheiro, tanto para os atletas profissionais como para os patrocinadores, a publicidade, a mídia e um complexo de outras empresas produtoras de bens de consumo relacionados ao exercício físico ou ao corpo.

Paralelamente a todo esse movimento de reorganização da gestão administrativa dos grandes clubes

nos Estados Unidos e na Europa, observa-se um uso do esporte pelo poder no cenário da Guerra Fria. “A contagem de medalhas e de vitórias tinha um valor político de grande importância”, lembram Bourg e Gouguet. Também se aproveitam desse filão as ditaduras sul-americanas. Na Copa do Mundo de 1970, com vitória da Seleção Brasileira, o governo do general Emílio Garrastazu Médici investe alto em uma campanha promocional (“Pra frente Brasil”) com o propósito de despertar o nacionalismo e com isso disfarçar a natureza ditatorial do regime de poder militar. *(mais em linha do tempo à pág. 34)*

Nos últimos 40 anos, a globalização passou, então, a funcionar como um catalisador de transformações em todos os setores do complexo industrial esportivo. Na opinião dos autores franceses, a permeabilidade do esporte profissional à economia de mercado imposta pela globalização põe em xeque os valores éticos tradicionais que constituem a própria essência da atividade esportiva, como o *fair play*, o respeito a si e aos adversários.

“Os meios (*econômicos*) suplantam a finalidade (*esportiva*), o conjunto do sistema inverte-se e chega à sua própria negação: carreirismo, *doping*, corrupção, trapanças...”, criticam Bourg e Gouguet. Embora essa análise crítica refira-se ao esporte profissional, estruturado em torno de competições, recordes e muito dinheiro, os autores reforçam que o esporte amador, com suas múltiplas externalidades positivas (inserção social, educação, saúde etc.), igualmente se insere nessa dinâmica de mercado.

A forte mercantilização torna cada vez mais difusos os limites da cadeia produtiva do esporte. E a escassez de estudos acadêmicos com uma abordagem socioeconômica do esporte também contribui na formação dessa zona cinzenta. Segundo dados da Comissão Europeia, a ativi-

dade esportiva em geral impacta diretamente o seguinte conjunto de setores: artigos esportivos (roupas, calçados e equipamentos), espetáculos (ingressos), programas (TV por assinatura), transmissões (direitos de transmissão), trabalho (renda dos atletas profissionais), publicidade e patrocínio, ensino, imprensa, construção, obras públicas (equipamentos), medicina, alimentação suplementar, seguros e produtos farmacêuticos. No início dos anos 2000, o fluxo monetário nessa cadeia já correspondia a cerca de 3% de todo o comércio mundial.

MEGACIFRAS

Levantamentos e previsões mais recentes dão conta de que a crise econômico-financeira global perpassa o universo esportivo sem deixar sequelas aparentes. A segunda edição do relatório *Perspectiva para o Mercado Global do Esporte para 2015* [4], da consultoria multinacional PwC, alerta que a indústria esportiva global tem enfrentado desafios financeiros e comerciais, boa parte relacionados ao comportamento cauteloso dos consumidores diante das incertezas quanto aos rumos da economia (*para saber mais: pwc.to/12uipEy*). Mesmo assim, as previsões mostram um crescimento da receita no mercado global de esportes de 3,7% ao ano entre 2010 e 2015, partindo de US\$ 121,4 bilhões e fechando em US\$ 145 bilhões [5].

Parte significativa desse crescimento os analistas atribuem à recuperação da propaganda na TV, à constante migração das transmissões de jogos para a TV fechada, ao retorno dos patrocínios por parte da indústria de automóveis, que aos poucos dá sinais de recuperação da

[4] Originalmente, *Outlook for the Global Sports Market to 2015*. [5] As cifras englobam tão somente as atividades relacionadas às competições esportivas: receita com ingressos, direitos de transmissão, patrocínios e merchandising.



crise econômica global, além de à série de megaeventos esportivos – em 2014, Olimpíadas de Inverno em Sóchi, na Rússia, e Copa do Mundo no Brasil. Esses recursos distribuem-se pelo globo do seguinte modo: 41% circulam na América do Norte, 35% no bloco chamado Emea (que inclui os países da Europa, Oriente Médio e África), 19% na Ásia (Pacífico) e 5% na América Latina.

A previsão de crescimento do setor nos países que compõem os Brics (a projeção não inclui a África do Sul), que nos últimos anos têm sediado os megaeventos esportivos, supera a marca global, chegando a 4,5% ao ano, em média, no mesmo período.

RITMO CHINÊS

O estudo produzido pela FGV e Ernst & Young calcula que a Copa do Mundo de 2014 produzirá um efeito cascata na economia brasileira, com chance de quintuplicar o total de aportes aplicados diretamente no evento, além de impactar diversos setores.

As obras de infraestrutura e a organização da Copa estão custando R\$ 22,46 bilhões e a competição deverá injetar, adicionalmente, R\$ 112,79 bilhões na economia brasileira. Fora do calendário de efemérides, o setor de esportes no Brasil responde por 1,6% do PIB, o que equivale a cerca de R\$ 67 bilhões, incluídas as receitas de uma ampla gama de itens, como clubes e entidades, marketing, mídia, comércio, vestuário, artigos e equipamentos, eventos, serviços em geral etc.

As contas são da Pluri Consultoria, do Paraná, especializada em negócios na área do esporte, que prevê ainda um crescimento entre 2011 e 2016 de 22% da participação do setor esportivo na economia, aproximando-se dos 2% do PIB. Na visão do diretor da Pluri, Fernando Ferreira, “a economia brasileira anda em ritmo europeu, enquanto o esporte dispara em ritmo chinês”.

No entanto, para crescer em ritmo chinês, o esporte

precisa submeter-se fortemente à lógica mercantil e permanecer sob o domínio do fator econômico-financeiro. O filósofo Michael Sandel, conhecido pelo curso Justice, que ministra em Harvard, e que virou série de televisão (mais em justiceharvard.org), perguntaria: e os limites morais desse crescimento, onde ficam?

Em sua obra *O Que o Dinheiro Não Compra*, Sandel discorre sobre a transformação dos jogos nacionais em mercadoria no país onde tudo parece estar à venda. Nos Estados Unidos, jogadores estelares vendem *souvenirs*, como bastões e bolas de beisebol autografados, por até US\$ 1.000. Camarotes de luxo nos estádios chegam a custar US\$ 350 mil por temporada, mas, enquanto aumentam o faturamento da bilheteria, rompem com a interação que havia entre os torcedores de todas as faixas de renda. E uma das mais novas modalidades de fazer caixa: clubes, estádios e equipamentos, inclusive públicos, vendem às grandes empresas o direito de nome.

Sandel conta que, em 1998, apenas três estádios americanos tinham acordo de direito de nome nos Estados Unidos, o que envolvia quantia irrisória para os padrões atuais: US\$ 25 milhões. Em 2004, havia 66 desses contratos – mais da metade de todos os estádios de beisebol, futebol americano, basquete e hóquei –, totalizando US\$ 3,6 bilhões. Em 2010, mais de 100 empresas desembolsavam dinheiro para dar nomes aos estádios de equipes da primeira divisão.

Essa sequência de aquisições de direito de nome foi coroada em 2011 com a compra dos direitos de nome do estádio de basquete das Olimpíadas de Pequim pela MasterCard. Naturalmente, o direito adquirido de nome não se limita a um letreiro no portão do estádio, como observa Sandel, mas estende-se à locução dos narradores de jogos nas transmissões de rádio e televisão. E nessa hora o mercado se mistura ao momento lúdico e apaixonado do torcedor, um momento que não tem preço. **22**

A Copa de 2014 produzirá um efeito cascata na economia brasileira, com chance de quintuplicar o total de aportes aplicados no evento, segundo estudo



[ANÁLISE]

Cooperar para transformar | Há os que acreditam que o sonho chinês será o pesadelo americano, mas a boa governança da sustentabilidade dependerá da relação entre esses dois países **POR JOSÉ ELI DA VEIGA***

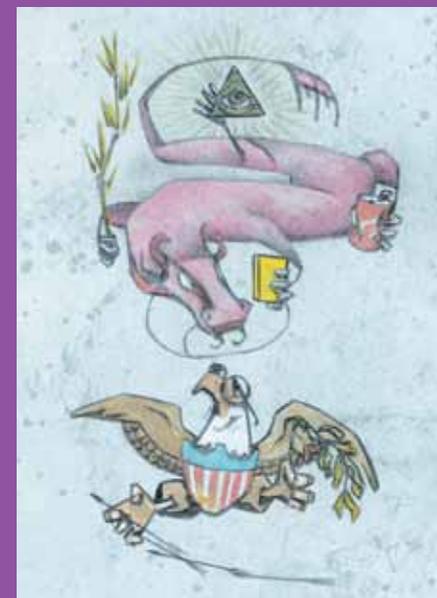
É possível alcançar um “mundo sustentável” em 2050, desde que ocorra uma “virada” dos “anos de turbulência” para uma “época da transformação”, por volta de 2020. Tal é o cerne da estratégia *Vision 2050: A new agenda for business*, elaborada em 2010 por grupo de empresas globais mais responsáveis e publicada no Brasil em 2012 pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS (cebds.org.br/static/ebook/).

O mais provável, contudo, é que turbulência e transformação continuem em franca simbiose, e que jamais se estabeleça tal alternância ou clara dominância de uma sobre a outra. Essa é a principal proposição do livro *A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade*, que acabo de lançar pela Editora 34. Principalmente em razão do descompasso histórico entre a atividade econômica e a política.

A acelerada globalização econômica vem sendo acompanhada por inevitável resistência da política, devido ao aprofundamento dos processos de soberania nacional, que nem sempre estão sendo acompanhados por avanços da democracia, como deixa bem patente o caso extremo da China. Por isso, deve-se supor que, tanto quanto a estabilidade e a paz globais, uma razoável governança da sustentabilidade dependerá essencialmente da relação que essa nova grande potência mantiver com os Estados Unidos.

Como enfatiza Henry Kissinger, uma guerra fria entre esses dois países impediria o progresso por uma geração dos dois lados do Pacífico. Disseminaria as disputas por influência nas políticas de cada região, justamente quando questões globais como proliferação nuclear, mudança climática e segurança energética exigem intensa cooperação global.

Se tal suposição não estiver muito errada, todos os possíveis avanços de governança global dependerão muito da força que vierem a adquirir, de cada lado,



os “neoconservadores” americanos e os “triumfalistas” chineses, pois ambos apostam na inevitabilidade do conflito, por mais que seja viável a ascensão pacífica da China. Ambos acham que o sonho chinês será forçosamente o pesadelo americano.

A alternativa disponível é a aposta na construção de uma “Comunidade Pacífica”, adequada à coevolução da relação sino-americana. Com ela, os dois países poderiam buscar seus imperativos domésticos, cooperando sempre que possível e se ajustando de modo a minimizar o conflito. Nenhum lado endossaria todos os objetivos do outro, muito menos presumiria uma total identidade de interesses, mas ambos procurariam identificar e desenvolver interesses complementares.

É dessa alternativa que depende um razoável acordo no G20, para que seja destravado o maior de todos os determinantes da sustentabilidade: o processo de descarbonização. Em vez de esperar que em 2015 surja mesmo algum consenso (aplicável só a partir de 2020) sobre metas de redução das emissões dos

sistemas produtivos nacionais, muito melhor seria um acordo sobre a tributação do consumo de carbono, mesmo que restrito aos 45 países que estão no G20. Ele daria crucial impulso à inovação tecnológica no âmbito das energias renováveis, enquanto a menos nociva das energias fósseis, o gás, ajudaria na transição.

Isso significa que pode ter menos importância do que parece a assim chamada “trajetória avançada” da União Europeia, da Coreia do Sul e do Japão, bem como a tendência “conservadora” da Índia e da Rússia, tão enfatizadas por Eduardo Viola e colegas **[1]**. Incomparavelmente mais importante é saber em que ritmo os EUA e a China “avançam de forma moderada”.

Ainda mais distante de minha avaliação está aquilo que Sérgio Abranches considerou em 2010 ser uma “agenda realista, factível e relevante”: introduzir no veio multilateral formal da ONU o Acordo de Copenhague, para que fosse fortalecido e aprofundado, como processo voluntário, por adesão, mas que poderia tornar-se cada vez mais politicamente vinculante **[2]**.

O que a governança da sustentabilidade pode, sim, esperar da ONU é que tenha êxito seu procedimento já em curso para que Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) venham a substituir, em 2015, os atuais Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), por mais que seja simplesmente impossível saber se tais ODS serão adequados à necessidade de redução das pegadas ecológicas do Norte, com simultânea redução das desigualdades socioeconômicas globais. Mesmo na hipótese de que venham a sê-lo, será necessário muito tempo para que comecem a ter impactos efetivos na orientação das políticas nacionais.

* PROFESSOR DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (IR/USP) E DO INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (IPÊ). WWW.ZEELI.PRO.BR

[1] Eduardo Viola, Matías Franchini e Thais Lemos Ribeiro, *Sistema Internacional de Hegemonia Conservadora: Governança Global e Democracia na Era da Crise Climática*, Ed. Annablume, 2013. **[2]** Sérgio Abranches, *Copenhague, Antes e Depois*, Ed. Civilização Brasileira, 2010.

Occupy Amazônia

FOTOS ANDERSON BARBOSA

Por milênios, os povos que habitam nossas florestas souberam estabelecer uma relação fecunda com a terra. Resta agora saber se nós, cidadãos, aprenderemos a como ocupá-las. A partir do fim da década de 1960, a política de “ocupação” da Amazônia convidou os brasileiros a substituírem seu denso verde por estradas, levando para dentro da mata a lógica econômica que julgava ser sua vocação: a exploração mineral, a extração e a venda da madeira, e a introdução do boi, muito boi.

Nesta incursão do fotojornalista Anderson Barbosa pelas fronteiras da exploração hidrelétrica da floresta, Belo Monte é um dos maiores exemplos da complexa relação entre a população ribeirinha, os povos indígenas, os atores econômicos e o poder público. Os desafios são proporcionais à vastidão de águas e terras, onde um imenso canteiro também se abre para a implementação de políticas efetivas de desenvolvimento local.







O que fica para a pátria em chuteiras?

Mais do que infraestrutura, transporte e equipamentos esportivos, mudanças culturais, de comportamento e maior transparência são legados desejados e possíveis da Copa 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016

POR MÔNICA C. RIBEIRO FOTOS AMANDA ABAD

Mascotes das Copas costumam revelar um pouco da imagem que as nações que sediam esse megaevento esportivo desejam transmitir ao mundo. No caso da Copa de 2014 no Brasil, temos um tatu-bola (espécie ameaçada de extinção), que recebeu o nome de Fuleco (futebol + ecologia). Algo como futebol ecológico, ou talvez uma etnografia da ecologia no futebol.

Prestes a sediar dois megaeventos esportivos – a Copa em 2014 e as Olimpíadas em 2016 –, o Brasil tem em mãos a oportunidade de consolidar a imagem de que o País do Futuro finalmente chegou, e que consegue organizar esses eventos de maneira eficiente e ordenada, acolhendo bem os visitantes.

A palavra “legado” é facilmente observada nas declarações de autoridades dos três níveis de governo e em suas páginas oficiais na internet. Para além das caxirolas, dos atrasos nas obras, da necessidade de mais transparência e de condições inadequadas para nossos atletas treinarem e alcançarem performances competitivas, o que significa esse tão propalado legado?

Olhando para os Jogos Olímpicos de Barcelona (1992) e de Londres (2012), percebemos que os legados não são apenas infraestruturais, mas, também, “a consolidação de uma rede de instituições, o aprimoramento, a capacitação, a incorporação da lógica do planejamento, o consolidação do engajamento da sociedade civil – enfim, o fortalecimento da cultura como eixo fundamental da transformação urbana”. A definição é de Ana Carla Fonseca Reis, especialista em economia criativa e diretora da consultoria Garimpo de Soluções, no livro *Cidades Criativas, Soluções Inventivas: o papel da Copa, das Olimpíadas e dos museus internacionais*.

Para os comitês organizadores brasileiros, associar a sustentabi-

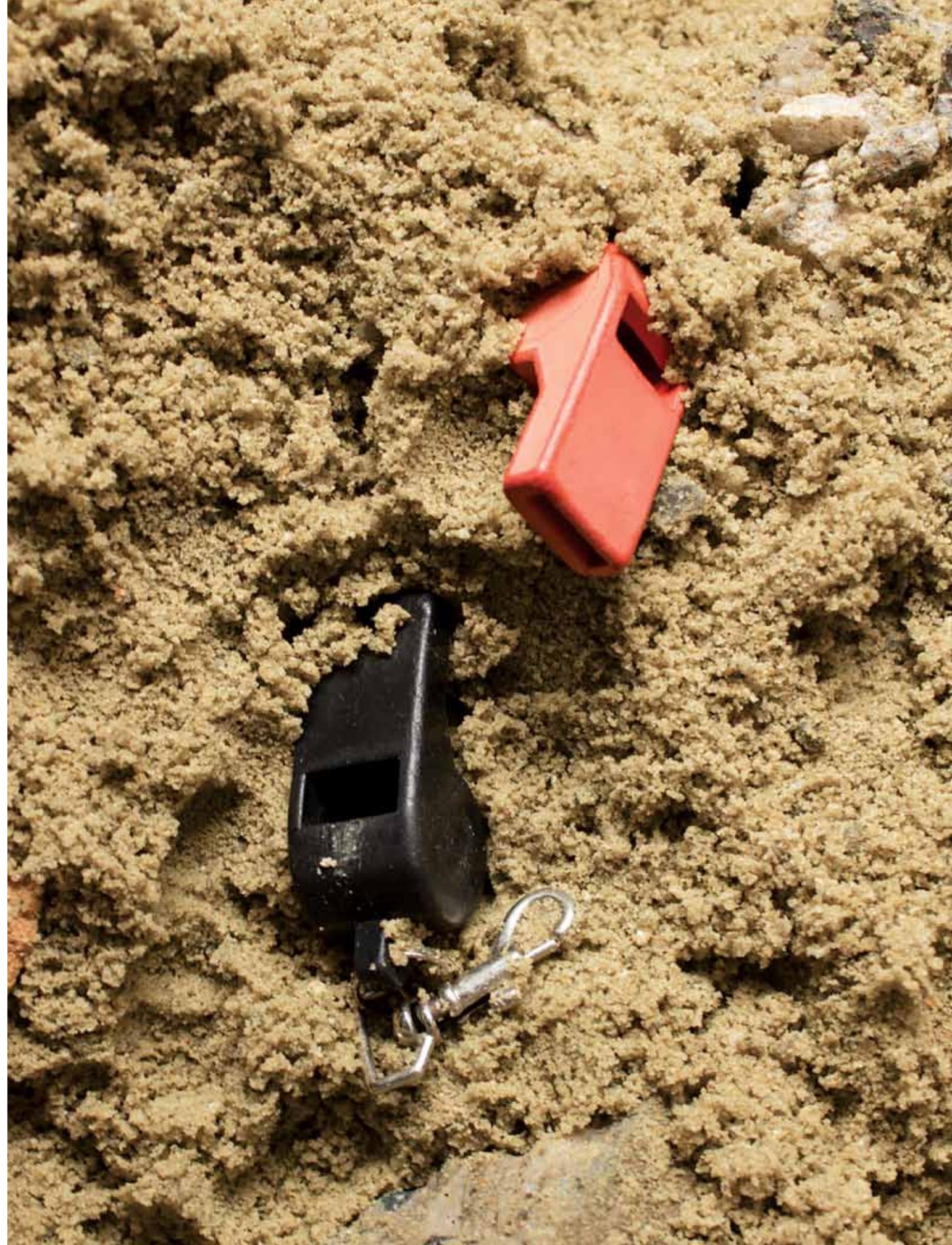
lidade aos dois eventos e consolidar o espírito de Fuleco parece ser ponto pacífico. “A marca que se quer imprimir para a cidade do Rio, como também para o Brasil, envolve a sustentabilidade. Não porque a cidade seja sustentável – nenhuma cidade do mundo o é –, mas por ter ativos ambientais impressionantes: florestas, baías, lagoas, um sistema oceânico conhecido pelo mundo inteiro”, afirma Sérgio Besserman, presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Os Jogos Olímpicos deverão ser um momento em que essa identidade se expressa, seja nos equipamentos com as certificações adequadas, seja nos corredores e ampliação de ônibus nas ruas, seja na implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). “Replantamos uma floresta no Império, promovemos a Eco 92 e a Rio+20. Precisamos consolidar a imagem de centro de referência sobre a discussão de sustentabilidade nas cidades”, defende Besserman.

A Copa vai também nesta direção. Segundo Claudio Langone, ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e atual consultor para meio ambiente e sustentabilidade do Ministério do Esporte, é a primeira vez que um governo nacional obriga os estádios a buscarem certificações de organizações reconhecidas internacionalmente.

Reaproveitamento de resíduos nas obras, reciclagem e compensação das emissões também estão entre as ações de sustentabilidade no processo da Copa. Mas o grande desafio será lançar mão de uma gestão corporativa que dê consequência às tecnologias e processos sustentáveis adotados.

Entre as frentes abertas pelo governo federal nesse sentido está a iniciativa de promover compras e contratações públicas sustentáveis. Três cadeias produtivas foram priorizadas: alimentos, vestuário e montagem de estruturas temporárias. A intenção é criar mercados e



estimular padrões produtivos mais sustentáveis no País. O estímulo aos produtos orgânicos e à sua comercialização em hotéis, bares e restaurantes das cidades-sede também integra a iniciativa.

“Pretendemos usar a Copa e os Jogos Olímpicos para aproximar as duas pontas, mostrando aos produtores que há uma demanda potencial não atendida e, ao comércio, que os produtores podem ampliar suas entregas se lhes são assegurados preço justo e compras regulares”, diz Langone.

Mais que isso, os jogos podem ser oportunidade para introduzir mudanças no dia a dia. Para Suzana Kahn, subsecretária de Economia Verde do Estado do Rio, pouco se tem discutido em relação à possibilidade de mudança de hábitos e padrões de consumo. “Os megaeventos são oportunidade rara, em que a população está com a autoestima elevada, querendo mostrar sua casa. Não se deve perder a chance de introduzir hábitos, pois as pessoas estão mais receptivas”, acredita.

Apesar de grandes eventos serem comuns no Rio, como Carnaval e Réveillon, e estes se mostrarem mais bem organizados a cada ano que passa, não há um banco de dados disponível que demonstre os melhores procedimentos e as melhores práticas, para se atingir a excelência. “A gente precisaria profissionalizar um pouco mais a atração de turismo de eventos”, afirma Suzana.

PRIVADO VS. PÚBLICO

Barcelona tornou-se, após os Jogos de 1992, a marca número 1 na Europa, a quinta marca de cidade mais poderosa do mundo e a quarta cidade europeia para negócios. Utilizou os Jogos Olímpicos para se reinventar e reafirmar sua identidade cultural – e este é o maior legado de um megaevento esportivo. No entanto, como destaca a urbanista Raquel Rolnik [1], para compreender o *case* Barcelona é preciso lembrar que mais de uma década antes dos Jogos a cidade ganhou um governo autônomo socialista, de afastamento do controle autoritário do franquismo. Isso promoveu investimentos na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, das condições urbanísticas de bairros populares e no aumento do grau de participação popular na gestão da cidade. O desenho do projeto olímpico de Barcelona veio como consequência dessa trajetória.

A mesma coisa se deu em Londres, com uma história mais

[1] Leia entrevista de Raquel Rolnik no site de PÁGINA22 (busque “O espetáculo e o mito”) e artigo em seu blog “A um ano da Copa, ganhos e perdas nas cidades-sede”, acessível em goo.gl/N8pgh.

longa de integração e de intervenção no East End, região com condições urbanísticas mais precárias. Além da construção de um grande parque público, a maioria dos equipamentos olímpicos foi desmontada para ceder lugar a habitação, comércio e serviços, com 35% de habitação social subsidiada.

No nosso caso, o legado deveria ir na direção de constituir um grau básico de urbanidade, mas o que se vê é o contrário: “No Rio, o projeto (*de intervenções para os Jogos Olímpicos*) foi elaborado conjuntamente com grandes incorporadores privados que vão lançar investimentos imobiliários na região de intervenção – Barra e Jacarepaguá. Tudo tem a ver com processos de valorização privada e muito pouco com o interesse público”, avalia a urbanista.

Essa não é nossa estreia como palco de uma edição da Copa – o Brasil sediou o **torneio de 1950**. Perdeu a final para o Uruguai no Maracanã, mas coleciona o maior número de vitórias em Copas (cinco vezes – 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002), o que o ajudou a consolidar a imagem de país do futebol.

Além da Copa de 1950, recebemos os Jogos Pan-Americanos de 1963, em São Paulo, e os de 2007, no Rio de Janeiro. O primeiro converteu as instalações da Vila Pan-Americana em refeitório universitário e no Conjunto Residencial da USP (Crusp), na Cidade Universitária – o principal *campus* da Universidade de São Paulo, no bairro do Butantã.

Já o Pan de 2007 custou quase dez vezes mais do que o originalmente previsto e deixou alguns equipamentos hoje inadequados aos padrões dos megaeventos, que em parte estão sendo demolidos ou precisam passar por reformas para abrigar as modalidades esportivas das Olimpíadas, como o Velódromo, o Parque Aquático Maria Lenk e o Engenhão. As unidades da Vila do Pan apresentam problemas estruturais e passam por obras para evitar o afundamento de ruas.

Do Pan que não aconteceu em 1975 – São Paulo desistiu e o evento se deu no México –, ficaram o Ginásio Poliesportivo Mauro Pinheiro, no Ibirapuera, e o Centro de Práticas Esportivas da USP (Cepeusp).

Para a **Copa de 2014**, estão em construção ou reforma 12 estádios, em diferentes fases de implantação, registrando atrasos e outros

Na época, o Brasil contava, além do Maracanã, com os estádios Independência (Belo Horizonte), Pacaembu (São Paulo), Eucaliptos (Porto Alegre), Durival de Brito (Curitiba) e Ilha do Retiro (Recife)

A Copa deverá gerar 3,63 milhões de empregos/ano e R\$ 63,48 bilhões de renda para a população no período 2010-2014, além de uma arrecadação tributária adicional de R\$ 18,13 bilhões (mais em goo.gl/A08z7)



problemas (*mais em portal2014.org.br*). As cidades que abrigarão os jogos passam por obras nas áreas de infraestrutura e transporte, no sentido de garantir fluidez no trânsito e as condições necessárias para abrigar os visitantes e as próprias partidas de futebol. Planos voltados para o setor de turismo também estão em andamento, qualificando pessoas e empresas para receber os visitantes.

Em São Paulo, os governos municipal e estadual atuam unidos para implantar as obras do Complexo Viário Polo Itaquera, que, de acordo com o coordenador do Comitê Estadual da Copa em São Paulo, Julio Semeghini, atrairão, junto com o estádio Arena Corinthians, novas oportunidades para a Zona Leste. Os investimentos são da ordem de R\$ 300 milhões (*veja em goo.gl/VFyYe*).

Em termos de infraestrutura, há polêmica não só em relação à remoção de famílias no entorno do estádio, como também na requalificação do Vale do Anhangabaú, cartão-postal da cidade que receberá a **Fan Fest** e poderá sofrer mudanças drásticas. O projeto da requalificação estará pronto no fim de julho.

A cidade do Rio de Janeiro prepara-se também para a Copa, mas, sobretudo, para os Jogos Olímpicos de 2016. Foi criada a Empresa Olímpica Municipal (EOM), pública e de capital privado, para cuidar das obras na cidade.

Depois da experiência do Pan de 2007, a EOM avalia que o legado de equipamentos esportivos será mais sustentável, optando por uma arquitetura nômade para viabilizar o reaproveitamento das instalações temporárias do Parque Aquático e de Handebol – esta última será desmontada e transformada em quatro escolas municipais. O Parque

Olímpico, localizado na Barra da Tijuca, ocupará 1,18 milhão de metros quadrados.

Os Jogos Olímpicos também aceleraram **investimentos** na própria cidade, como a implantação de corredores de ônibus expressos e a integração dos ônibus a trens, barcas e metrô. Estão previstos os VLT, modificações na Avenida Brasil e na malha viária da região portuária, a implantação de um centro de tratamento de resíduos e a limpeza das lagoas da Barra e de Jacarepaguá, entre outras medidas pontuais.

Os custos estimados pelo comitê organizador das Olimpíadas no Rio são de R\$ 23,2 bilhões

TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

Segundo o assessor de comunicação do SPCopa (comitê municipal formado em janeiro deste ano), André Cintra, o comitê está empenhado na transparência dos processos. No portal da prefeitura paulistana, foram disponibilizados os documentos relativos às atividades em São Paulo, inclusive o contrato com a Fifa (*Host City Agreement*) [2]. O Comitê pretende promover a partir de junho apresentações e audiências públicas.

Obras de infraestrutura e de transporte aceleradas por esse tipo de evento costumam mudar a fisionomia das cidades em curto espaço de tempo, levando muitas vezes a desapropriações e remoções de famílias, mudanças em orientação de tráfego, impermeabilização de áreas, e deveriam vir acompanhadas de apresentações e/ou audiências públicas, proporcionando instâncias de participação. A transparência precisa ser exercitada ao máximo, coisa que nós, brasileiros, ainda estamos nos acostumando a exigir. (*mais em reportagem à pág. 38*)

O Projeto Jogos Limpos (jogoslimpos.org.br), realizado pelo Instituto Ethos, monitora, entre outras coisas, o nível de transparência da gestão pública, com foco no acesso à informação e na participação social nos processos decisórios para a realização da Copa e dos Jogos Olímpicos. O índice de transparência atribuído pelo projeto às cidades que sediarão os jogos é muito baixo, exceção para os casos de Belo Horizonte e Porto Alegre, classificados como médios.

Já no quesito participação, o projeto Jogos Limpos dá nota zero para audiências públicas sobre os projetos para as cidades de Brasília, Cuiabá, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Natal e Recife recebem pontuações que variam de 3 a 8, enquanto Manaus ganha 100, localizada em um dos estados onde fica nossa maior vitrine e vitraça ambiental, a Amazônia.

Os Comitês Populares da Copa divulgaram, em maio deste ano,

[2] Acesse em goo.gl/vcl4Z.

Além do esporte
Como o futebol relaciona-se com a história social e política do País Elaboração Gisele Neuls

1894 – O nascimento
Charles Miller, brasileiro, filho de escocês, retorna da Inglaterra, para onde foi estudar. Traz na bagagem uma bola e o gosto pelo esporte, que ensina aos amigos, ingleses e brasileiros filhos de europeus como ele. É considerado “pai do futebol brasileiro”. O futebol nasce como esporte de engenheiro e altos funcionários de companhias inglesas, como a São Paulo Railway Company.

1900-1910 – Esporte fino
O futebol cai no gosto dos jovens frequentadores dos clubes atléticos e de regatas recém-criados em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. É um esporte da elite, como *rugby*, *críquete*, *tênis* e os náuticos, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Nasceram também os primeiros campeonatos estaduais. É chamado pela imprensa de “violento esporte bretão”.

1904 Criada a Fédération Internationale de Football Association (Fifa), na Suíça.

1900 Fundado o Sport Club Rio Grande (RS), considerado o primeiro clube de futebol do País.

1910-1920 – Operários em campo
Operários das tecelagens e ferrovias apaixonam-se pelo esporte. Em 1910, nasce o Sport Club Corinthians Paulista, cujo primeiro presidente, Miguel Battaglia, era alfaiate. O futebol começa a perder seu caráter branco e elitista. Uma declaração atribuída ao diplomata Rui Barbosa por ocasião do I Campeonato Sul-Americano em 1916 mostra as tensões desse período: “Para mim, futebolista é sinônimo de vagabundo”.

um dossiê abordando questões como violação ao direito de moradia, ao direito à informação e à participação nos processos decisórios envolvendo os dois megaeventos esportivos, desrespeito à legislação e aos direitos ambientais e trabalhistas [3]. Em muitos casos, as mobilizações resultaram em mudanças de procedimento.

“Se a gente tivesse um legado, deveria ser o da transparência. Começar a oferecer um mínimo de transparência ao cidadão, ao contribuinte, dar-lhe um mínimo de autonomia para tomar as decisões. Nesse quesito, começamos e continuamos no negativo”, avalia a economista Ana Carla Fonseca Reis.

“O Brasil está em baixa posição no *ranking* internacional na implementação de marcos regulatórios e cumprimento de contratos. O amadurecimento do poder público quanto à capacidade de planejamento e estratégia, ao cumprimento de prazos, seria também um legado desejável.”

A pátria em chuteiras, lembrando Nelson Rodrigues, merece ganhar mais do que os jogos em campo. (Colaborou: José Alberto Gonçalves Pereira) [2]

[3] Acesse as informações em goo.gl/gONvu.

LEGADO TANGÍVEL

Eventos impulsionam inovações e ajudam a desenvolver mercados

A expectativa vai da popularização da construção verde à criação de oportunidades de negócios

POR MARIANA DESIDÉRIO

A Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016 deverão trazer para o Brasil alguns legados importantes do ponto de vista de inovações e desenvolvimento de mercados. Alguns pontos se sobressaem, como o uso de produtos mais amigáveis ao meio ambiente, a otimização de recursos e a maior eficiência buscada pela tecnologia.

Um dos principais ganhos está na adoção de práticas mais sustentáveis na construção de estádios e outras estruturas voltadas para esses megaeventos. As arenas da Copa, por exemplo, têm sido erguidas levando-se em consideração questões como aproveitamento da água da chuva, uso da luz solar e reaproveitamento de entulho.



Tendo em vista a dimensão dessas obras, a expectativa é que os eventos ajudem a popularizar essas práticas na construção civil do País. É o que diz Felipe Faria, diretor do Green Building Council Brasil (GBC Brasil), organização responsável pelo Leed, sistema internacional de certificação ambiental de construções. Segundo ele, 11 dos 12 estádios da Copa enviaram seus projetos para o GBC em busca de certificação – a exceção é o Beira-Rio, em Porto Alegre. Até agora, nenhum processo de certificação foi concluído, mas já é possível listar algumas práticas que têm sido adotadas nas arenas.

Uma das principais inovações é o uso de painéis solares fotovoltaicos para a geração de energia solar. No Estádio Nacional de Brasília, por exemplo, estima-se que a cobertura da estrutura produza mais de 2 megawatts de energia, quantidade superior à demanda da arena. A energia excedente será enviada para a rede. “O estádio funcionará como uma grande usina solar. E com certeza a energia gerada vai ser muito maior do que a que eles vão utilizar”, diz Rodrigo Prada, coordenador do Portal 2014, voltado para o acompanhamento dos preparativos para a Copa.

Felipe Faria, do GBC, acrescenta que o plano de usar essa tecnologia nos estádios ajudou até mesmo a acelerar a aprovação de legislação sobre o acesso da míni e da microgeração de energia aos sistemas de distribuição na rede elétrica. Em abril de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a Resolução Normativa nº 482, que permite aos consumidores brasileiros gerar energia elétrica em casa, a partir de fontes renováveis, e, em troca, baratear a conta de

luz, caso produzam excedentes, que fluirão automaticamente para a rede elétrica.

“Antes disso não era possível no Brasil”, diz Faria (mais na reportagem “Para o sol entrar”, publicada na edição 72, disponível em bit.ly/10VwrOa). E conclui: “O maior legado é a conscientização de que o custo de uma edificação não se limita ao custo de construção. O maior gasto é o operacional”.

ECONOMIA

É justamente na diminuição dos custos que está uma das vantagens de outra novidade trazida pela Copa. Um exemplo é o do transporte aéreo. Para Rodrigo Prada, do Portal 2014, uma das principais obras de infraestrutura implantadas em consequência do evento é o Aeroporto São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Natal (RN).

Com conclusão prevista para abril de 2014 e gerido pela iniciativa privada, o terminal é geograficamente estratégico – está localizado na região do Brasil mais próxima da Europa. Por conta desse aspecto, avalia o governo federal, o aeroporto tem potencial para se transformar em um *hub* aéreo (centro de conexões) para viagens internacionais, gerando economia de combustível, de tempo e de emissões de carbono. “Os nordestinos costumam enfrentar um grande deslocamento para pegar um voo para a Europa. Isso vai acabar com esse *hub*”, prevê Prada.

A expectativa é que o novo aeroporto também atraia mais turistas internacionais para o Nordeste. Não é à toa que o setor do turismo está entre aqueles em que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nacional identifica novas oportunidades de negócios tendo como horizonte a Copa de 2014. Além do turismo, estão na lista agronegócio, tecnologia da informação, comércio, construção civil e economia criativa entre outros.

De acordo com o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, do ponto de vista dos empreendedores, o principal legado de toda essa movimentação será o aumento da competitividade, especialmente por meio do maior aproveitamento das tecnologias. “Esses eventos trazem exigências para que as empresas atendam a requisitos e com isso estejam mais preparadas para competir com o mercado estrangeiro. Entre os requisitos, podemos citar o alinhamento com a inovação e as tecnologias de gestão e atendimento, como meios de pagamento

Oportunidades concentram-se em turismo, economia criativa, TI, comércio, construção civil e agronegócio, segundo o Sebrae



eletrônico, e a atração do consumidor por meio de produtos iconográficos diferenciados, que utilizem a identidade visual da Copa, como bonés e camisetas com as logomarcas e cores do evento”, afirma.

O órgão criou cartilhas e guias para orientar os empreendedores, que podem ser encontrados em seu site. O material cita exemplos de aplicação das tecnologias, como o atendimento e o pagamento eletrônicos, o desenvolvimento de aplicativos e o maior uso das redes sociais para comunicação com os clientes. Em estudo realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o serviço identificou um total 929 oportunidades de negócios na Copa. O número ajuda a dimensionar as possibilidades criadas pelos grandes eventos esportivos. Cabe a nós aproveitá-las. [2]

- 1916** Criada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), precursora da CBF
- 1920-1930 – Pó de arroz** A participação de negros nos times é polêmica. Talentosos, tornam-se contratações importantes numa fase de mais profissionalização dos clubes, em que se multiplicam campeonatos e ligas. Alguns clubes proibem. Outros, como o Fluminense, os pintam com pó de arroz antes de entrarem em campo. O Palmeiras contratou seu primeiro jogador negro somente em 1942 e o Grêmio, dez anos mais tarde.
- 1930-1950 – Esporte nacional** O futebol populariza-se no mundo todo e já faz parte dos Jogos Olímpicos. Em 1930, a Fifa realiza a primeira Copa no Uruguai, então campeão olímpico. Getúlio Vargas vê no esporte um elemento crucial para forjar uma unidade nacional em um país multifacetado e pouco conectado econômica, cultural e fisicamente. A delegação brasileira de 1938 é a primeira a receber apoio do governo para ir à Copa da França.

LEGADO INTANGÍVEL

Mobilizações marcam a preparação para a Copa

Uma herança mais abstrata, mas não menos importante, é o fortalecimento da sociedade em torno de causas e movimentos

Para além das gigantescas movimentações de recursos financeiros, a realização da Copa no Brasil está movimentando pessoas. E as direções são as mais diversas. Há, por exemplo, as populações afetadas pelas obras, que querem fazer valer seus direitos. De outro lado, jovens engajados em ações de melhorias na sociedade articulam-se em áreas como cultura, meio ambiente, moradia e esporte. Há ainda os trabalhadores da construção civil, que reivindicam melhores condições de trabalho nos canteiros dos estádios.

Esses atores, entre outros tantos, fazem parte de outro tipo de legado que poderá ser deixado pela Copa. Uma herança que não é tão concreta como um enorme estádio de futebol, mas fundamental para o amadurecimento da sociedade: a mobilização social.

Uma das principais expressões desse legado potencial está na Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop). A entidade, formada por pessoas de todas as cidades-sede, tem o objetivo de garantir os direitos de quem é atingido pelas obras preparatórias ao evento, além de buscar acompanhar de forma crítica os projetos propostos para cada município. O ponto nevrálgico é a remoção de moradias por conta da construção de estádios e obras de infraestrutura.

“Queremos ter uma ação mais propositiva nessas ocasiões de Copa e Olimpíada. Não é que a gente não quer que se construam apartamentos para essas pessoas que moram na favela. Somos totalmente a favor, mas desde que isso seja feito de acordo com o previsto na

Constituição. Para remover uma família de um lugar, você precisa oferecer condições similares ou melhores na nova habitação”, afirma Argemiro Ferreira Almeida, um dos coordenadores da entidade.

Ele enumera algumas conquistas do movimento. Uma delas foi a denúncia das remoções ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), o que deu visibilidade internacional ao problema, gerando cobranças ao governo brasileiro. Também cita casos em que a mobilização ajudou a mudar os projetos originais. É o caso de Fortaleza, onde, segundo Almeida, houve acordo para atenuar impactos negativos das obras de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na população pobre.

Para ele, a experiência de mobilização fomentada pela Copa será extremamente importante em outros momentos. “Com certeza haverá um legado positivo na consciência dos movimentos. Nossa expectativa é de que esses atores, agora munidos de uma melhor habilidade de discussão, possam prosseguir nas suas demandas, fazer uma negociação articulada e buscar acordos e apoios”, afirma.

Outro grupo que sai fortalecido com a articulação provocada pelos megaeventos esportivos é o dos trabalhadores da construção civil. Segundo Nilton Freitas, representante regional para a América Latina e Caribe da Internacional dos Trabalhadores da Construção Civil e da Madeira (ICM), o forte aquecimento do setor desde a segunda metade da década passada colaborou para alcançar conquistas significativas. As obras esportivas vêm reforçar a demanda acarretada pelo programa

Entre as principais expressões, estão a articulação dos comitês populares e o projeto Imagina na Copa, com tom propositivo



“Minha Casa, Minha Vida” e por investimentos em infraestrutura, como os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“Fizemos uma campanha chamada ‘Trabalho Decente Antes e Depois de 2014’ e os sindicatos tiveram uma atuação forte. Isso levou à conquista de acordos muito bons, talvez os melhores na história da construção no Brasil, em termos de aumento real de salários, treinamento da mão de obra, aplicação de medidas de segurança no trabalho e também da contratação formal”, afirma.

As obras dos estádios da Copa foram marcadas por greves de trabalhadores. Freitas ressalta que as conquistas alcançadas devem permanecer mesmo depois do evento, já que foram consolidadas por meio de acordos coletivos.

Mas não é só de reivindicações que se faz o legado das mobilizações sociais para a Copa. O projeto Imagina na Copa, por exemplo, tem uma proposta diferente: “É uma força-tarefa para promover uma virada para o Brasil até 2014. A Copa serve como um chamado, cria um senso de urgência para a mobilização”, explica Mariana Ribeiro, uma das idealizadoras do projeto (imaginanacopa.com.br).

A ideia do Imagina na Copa é incentivar jovens que queiram participar de alguma forma para a transformação do País, em áreas como cultura, esporte, moradia e meio ambiente. Para isso, uma das ações do grupo é registrar em vídeo experiências que já existem. Uma delas é o Gaia, projeto de estudantes de engenharia ambiental da Unesp de Sorocaba (SP), que atua no tratamento e na reciclagem de resíduos sólidos. Outra iniciativa já registrada é a Bibliocicleta, uma biblioteca comunitária itinerante criada por um estudante de design em Simões Filho (BA). Os vídeos estão disponíveis no site.

Além de produzir esse material, o Imagina na Copa oferece oficinas, nas quais os jovens se organizam para desenvolver um projeto de seu interesse. Mariana conta que a ideia surgiu de uma angústia sobre o pessimismo em relação ao evento. “A Copa é uma ocasião em que todo mundo olha pra gente. Sentimos que não estávamos usando o momento para gerar transformações positivas para o Brasil, que pudessem ser um legado real para a sociedade e que estão muito além de fazer estradas ou estádios”, afirma. (MD) 

 **1940** Getúlio Vargas participa da inauguração do Estádio do Pacaembu, em São Paulo

 **1950 – O Maracanazo**
Com a Europa destrozada pela guerra, não havia muitos candidatos a sediar a Copa. A CBD, que já havia oferecido o Brasil sem sucesso para a Copa de 1938, candidata o País novamente, agora com apoio do governo. Este promete construir o maior estádio do mundo e faz o Maracanã em apenas dois anos. Nessa época, o futebol já é o esporte das massas, que choram até hoje a perda do título para o Uruguai. O Brasil conquista seu primeiro título somente em 1958, ano em que apresenta ao mundo Pelé: jovem, negro, pobre e que veio a ser considerado o melhor jogador de todos os tempos.

 **1970 – 90 milhões em ação**
O Brasil torna-se tricampeão no auge da repressão política e do milagre econômico da ditadura. Com astúcia, os militares capitalizam propaganda positiva sobre a paixão brasileira pelo futebol. E jogam duro com os clubes e a seleção. O treinador da Seleção de 70, João Saldanha, é considerado comunista e substituído por Zagallo, por ordem do general-presidente Médici. Em 1971 Afonso torna-se símbolo de resistência. Posto “na geladeira” do Botafogo por se recusar a abandonar o visual barbudo-cabeludo, outra imposição da ditadura, ganha na Justiça o poder sobre seu passe e muda a história dos jogadores profissionais.

 **1980-2000 – O grande negócio**
Em 1981, a direção do Corinthians dá ouvidos a jogadores críticos e intelectuais como Sócrates e implanta a Democracia Corinthiana, dando poder de voto para jogadores e funcionários e estampando nas camisetas frases de apoio às Diretas Já. Mas a inovação dura pouco. O futebol torna-se um negócio altamente profissionalizado, passa a adotar modelos de gestão europeus e vê nascer o Clube dos 13. O Brasil passa a ser exportador de craques, como Falcão, Zico, Junior, Cerezo, Careca e Casagrande, tendência que chega ao ápice em 1998, quando Denilson Araújo vai para a Espanha por US\$ 32 milhões – até aquele momento a transferência mais cara da História.

 **Hoje – A era das Arenas**
Ir a um estádio está ficando cada vez mais caro. Na inauguração do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, em 26 de maio, o ingresso mais barato para ver Santos x Flamengo custava R\$ 160. As camisas oficiais dos times custam perto de R\$ 200. As massas serão expulsas dos estádios? (mais na entrevista com Romário à pág. 40)



BEBETO, o otimista. ROMÁRIO, o crítico



Defesa e ataque

POR GISELE NEULS ILUSTRAÇÃO EDER SANTOS

Em 9 de julho de 1994, o Brasil derrotava a Holanda por 3 a 2, no que foi considerado um dos melhores jogos da Seleção Brasileira naquele ano, ficando a duas partidas do tetracampeonato. Ao comemorar o segundo gol, Bebeto homenageou o filho recém-nascido com o *embala-neném*, feito lado a lado com o parceiro de ataque Romário e o volante Mazinho. O gesto ficou famoso e até entrou para o repertório de comemorações do jogo de computador FIFA Soccer 10. Duas décadas depois, às vésperas da segunda Copa a ser realizada no Brasil, os atacantes passaram a jogar em lados opostos.

José Roberto Gama de Oliveira, o Bebeto, está no primeiro mandato de deputado estadual do Rio de Janeiro pelo PDT e participa como membro voluntário do Conselho Administrativo do Comitê Organizador Local (COL) da Copa. Romário de Souza Faria, filiado ao PSB do Rio, está na Câmara dos Deputados, de onde tem vociferado contra a CBF e apelado à Fifa para intervir no COL. Ambos responderam a perguntas da PÁGINA22 por e-mail.

A realização da Copa e das Olimpíadas tem gerado tanto críticas quanto expectativas apaixonadas. Na sua opinião, qual será o legado desses dois eventos para o País?

BEBETO – Fora o orgulho e a alegria de sediar esses grandes eventos do esporte, o Brasil está tendo a chance de crescer em sua economia, de atrair mais turismo e comércio varejista, de abrir as portas para novos negócios. São oportunidades que precisam ser muito bem aproveitadas. Imagine só! Na Copa das Confederações, vamos receber executivos, formadores de opinião, empresários e compradores de redes de varejos de mais de 70 países. A hora é agora para promovermos estratégias de relacionamentos e de grandes promoções comerciais. Vamos unir

Bebeto e Romário, a dupla campeã do tetra, agora jogam em campos opostos na arena esportiva política

o útil ao agradável. Tem coisa melhor? Misturar o futebol, que é a nossa grande paixão, com o crescimento do País. E estamos trabalhando para isso. Temos investido em obras de melhoramento nos estádios e nas cidades em geral, para poder atender a demanda de estrangeiros durante essa festança. Aliás, obras que ficarão para os brasileiros após o torneio. Esses eventos são possibilidades de novos negócios em setores como madeira e móveis, comércio varejista, agronegócio, construção civil, turismo, economia, artesanato e tecnologia da informação. Gerando, assim, novos empregos, com reflexo direto no desenvolvimento do País.

ROMÁRIO – Difícil falar em legado a um ano da competição, quando ainda não temos quase nada. Além dos estádios, o que ficará de infraestrutura para a população? Esta é uma pergunta que me faço diariamente. Entre uma reflexão e outra, as conclusões não são nada animadoras. O tão falado legado social para a população parece ter ficado só no papel. Quase todas as obras de transporte estão atrasadas, a inauguração de algumas, inclusive, já foi remarçada para ocorrer somente após o Mundial, e outras foram canceladas. Diante desse cenário, sem obras de mobilidade e com superfaturamento nos estádios, só nos resta o capital humano. O legado seria a qualificação dos nossos trabalhadores. Acho que os empresários têm esse importante papel no momento. Eles devem isso ao Brasil, já que serão os principais beneficiados com geração de receita, especialmente o setor de serviços.

Uma das críticas mais frequentes é a participação da CBF na organização. Há diferença entre o COL ser liderado pela confederação nacional de futebol e por uma comissão independente de ex-jogadores, como na Copa de 1998 na França?

BEBETO – Sou um ex-jogador de futebol e, por ter vivenciado essa experiência na pele, acredito que seja mais fácil a organização de uma Copa pela confederação do que por uma comissão que, às vezes, pode não ter muita ideia sobre fatores essenciais. Sou membro do COL, mas é importante frisar que sou voluntário. Abri mão de qualquer remuneração. Faço de coração, por amor. Mas, independentemente de serem jogadores ou não à frente do negócio, é preciso que as pessoas designadas sejam preparadas.

ROMÁRIO – Infelizmente, no Brasil, o presidente da CBF [José Maria Marin] acabou acumulando essa função. Uma entidade em completo descrédito. Se houvesse uma pessoa séria à frente do COL, talvez não estivéssemos assistindo a tantos absurdos. Isso também

daria mais crédito e abriria portas para negociações importantes. A presidente Dilma, por exemplo, não recebe o Marin.

A construção de estádios em cidades sem tradição esportiva também tem gerado polêmica. Seria possível fazer a Copa sem construir novos estádios?

BEBETO – Não. Alguns estádios não tinham estrutura para receber a Copa. E sabemos das exigências da Fifa.

ROMÁRIO – A questão não é deixar de construir, mas construir estádios mais modestos. Pensando em seu uso no pós-Copa. Mas ficou muito claro que o brasileiro está pagando uma festa para a Fifa encher os bolsos e ir embora, sem pagar um imposto.

O futebol parece viver uma tendência de elitização. As classes mais populares estão sendo afastadas dos estádios?

BEBETO – Eu sou da turma que vê o futebol como esporte popular. Para mim, o preço dos ingressos tem de ser acessível.

ROMÁRIO – Estamos assistindo a essa mudança. E o pior: quem mais gosta de futebol está sendo excluído dele. Acredito que, depois da Copa, os ingressos nessas arenas serão ainda mais caros, afinal, elas precisam de mais dinheiro para se pagar e se manter.

A ligação de José Maria Marin com a ditadura pode atrapalhar o brilho da Copa?

BEBETO – No momento, todos estão focados na Copa. Esse é o nosso maior objetivo.

ROMÁRIO – Completamente. Olha que contraste: a presidenta Dilma foi vítima da ditadura, enquanto o presidente do COL era ligado à ala mais radical da ditadura. Não só isso, o Brasil vai receber outros chefes de Estado, e isso será um constrangimento para a nação.

Qual o risco de acontecer um novo Maracanazo em 2014?

BEBETO – Eu sempre penso positivo. Quero ver o Brasil chegar à final no nosso país. Já que não tive a felicidade de disputar uma Copa do Mundo em casa, eu torço para sermos campeões.

ROMÁRIO – A grande diferença é que, naquela Copa, o Brasil era o predileto, havia toda uma expectativa em torno da Seleção, e nesta não é. Não sei nem se chega à final. [\[2\]](#)

[DAQUI PRA LÁ] Um olhar local sobre o mundo “desenvolvido”

O complexo de **vira-latas** ainda nos ronda
Bons tempos em que podíamos botar a culpa nele **POR TÃO GOMES PINTO***

O ex-presidente Lula, falando recentemente no lançamento de um livro sobre o seu governo e o da sua sucessora, Dilma Rousseff, exortou a mídia brasileira a enterrar de vez o chamado “complexo de vira-latas”. Luiz Inácio se referia especificamente à política externa brasileira, cobrando dela mais ousadia.

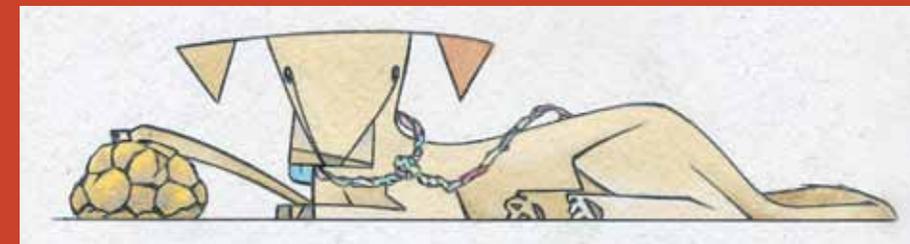
O jornal *Folha de S.Paulo* enfiou a carapuça e o debate foi em frente. Lula foi acusado de dar palestras no exterior, remunerado por grandes empresas. Respondeu, bem-humorado e irônico, que se sentia orgulhoso com esses convites feitos a “um ex-presidente fracassado”. O fato é que, ao se desdobrar, o confronto acabou ignorando a origem do tão discutido “complexo de vira-latas”.

Seria útil lembrar, por exemplo, que a expressão foi criada pelo notável dramaturgo, escritor e jornalista Nelson Rodrigues quando, nas suas crônicas futebolísticas, inimitáveis pelo estilo, explicou, como sempre de forma original, que a derrota do Brasil na Copa do Mundo de 1950 foi provocada pelo “complexo de vira-latas”. E o próprio Nelson considerou o complexo superado a partir da vitória do Brasil no Mundial da Suécia, em 1958.

Ele viveria para assistir às comemorações da conquista do bicampeonato de 1962, no Chile, e acompanhar a magistral exibição da seleção nos 4 a 1 da vitória sobre a Itália, em 1970. O Brasil conquistava o Tri!!!

Não ganhamos em 1974. Em 1978 saímos da Argentina sem o título – encomendado pelo regime militar vigente, mas de cabeça erguida, sem complexos. Não perdemos um jogo. Nelson, falecido em 1980, não assistiu a derrota do Sarrià, que, apesar de batida, consagraria a Seleção de Telê Santana como a que jogava, disparado, o melhor futebol do mundo em 1982. Ou será que era o complexo de vira-latas que voltara a atacar? Só Nelson, ressuscitado, poderia responder.

Não deixa de ser significativo lembrar que o complexo de vira-latas, traduzido para o inglês como “the mongrel complex”, nos atormentaria 54 anos depois da derrota para o Uruguai. Em 2004, O jornalista americano Larry Rohter, escrevendo para o *The New York*



Times sobre o nosso programa nuclear, disse que o brasileiro se ressentia de não ser levado mais a sério. Segundo Rohter, correspondente no Rio de Janeiro, doía nos nossos ouvidos ser confundidos com a Bolívia, como Ronald Reagan fez uma vez. Ou saber que Charles De Gaulle afirmara que o Brasil não era um país sério, frase nunca confirmada, diga-se.

Em uma típica recaída do complexo de vira-latas, Rohter foi considerado *persona non grata* pelo governo, teve suas credenciais cassadas e foi remetido de volta à redação do *NYT*. Por quem? Pelo próprio presidente Lula, que agora clama por um país livre de complexos. Especialmente do complexo de vira-latas.

Essa suposta “inferioridade” do povo brasileiro vem de longe. Quando o conde francês Arthur de Gobineau desembarcou no Rio de Janeiro, em 1869, comentou num texto que os cariocas eram “verdadeiros macacos”. Claro, deve ter-se chocado com a pequena multidão de escravos que circulava pelas estreitas e então imundas ruelas da cidade.

No entanto, o futebol continua a ser a fonte primária do complexo inventado por Nelson Rodrigues. Com a Copa do Mundo já ao alcance da mão, ele ganha até mesmo nova vida. Os jornais brasileiros ainda vão falar muito do Maracanazo – a inacreditável derrota do Brasil para o Uruguai em 1950.

O futebol sempre foi altamente fotogênico. Não é de admirar que, então com 11 anos de idade, das recordações da Copa do Mundo de 1950 eu trago apenas a memória de certas fotos. E todas, sem exceção, mexendo com as nossas entranhas, com as nossas mais íntimas frustrações.

A do craque vascaíno Danilo Alvim deixando o gramado do Maracanã, sem camisa, visivelmente esgotado, exibindo

um físico esquelético. A do goleiro Barbosa surpreendido pelo chute, no cantinho esquerdo, do uruguaio Ghiggia.

Mas emblemática e definitiva seria a foto que a *Gazeta Esportiva* publicaria em página dupla. Os capitães Obdulio Varela, do Uruguai, e José Carlos Bauer, o elegante Bauer, meu ídolo no time de botões, trocando flâmulas antes da partida. O título, meu Deus, era a consagração definitiva do complexo de vira-latas: “Nunca mais... Nunca mais”.

Uma previsão catastrófica em todos os sentidos. Depois desse “nunca mais”, ganhamos cinco copas do mundo.

Mas será que essa sucessão de vitórias... mais o fato de o País ter-se desenvolvido, a ponto de chegar a figurar entre as seis economias mais importantes do planeta, a globalização inevitável, a adoção entusiasmada até pelas camadas menos favorecidas de equipamentos sofisticados como a internet, os êxitos brasileiros na música e nesta ou naquela área científica (está próximo o dia em que um brasileiro ganhará o Nobel)... será que essa torrente de progresso e evolução, tudo isso não acabou de vez com o nosso complexo de vira-latas?

Pelo jeito ainda não! E o “fantasma” do complexo não entra em cena só. Virão com ele outras, digamos, instituições tipicamente brasileiras, que pareciam mortas e enterradas para sempre: a ameaça da inflação, a economia sendo encolhida a cada PIB e apelando para o protecionismo, os governantes que trabalham para compor interesses. Bons velhos tempos em que o nosso problema maior – e quase único – era o complexo de vira-latas.

*** JORNALISTA, FOI UM DOS FUNDADORES DO JORNAL DA TARDE E TRABALHOU NAS REVISTAS VEJA, ISTOÉ E MANCHETE**

O chute antes do gol

O país que sediará os megaeventos esportivos almeja medalhas e troféus de grandes atletas. Mas ainda precisa desenvolver nas escolas a coordenação, a consciência corporal, a noção de bem-estar e a justa medida entre competição e colaboração

POR THAÍS HERRERO FOTOS AMANDA ABAD

Bola na rede é gol. Toda criança na escola sabe. Mas e quando não há bola de futebol ou quadra esportiva? E quando o professor de Educação Física é despreparado? Aí, não só o time de futebol perde pontos, mas também o de vôlei e os alunos que querem fazer atletismo ou lutas marciais.

O país que será sede dos próximos megaeventos esportivos sonha em levantar a taça da Copa do Mundo e estar nas primeiras posições no *ranking* de medalhas olímpicas. Mas ainda tem muito trabalho pela frente quando o assunto é educação corporal nas escolas. Os problemas vão da escassez de docentes para a disciplina de Educação Física até a falta de infraestrutura, de material e mesmo de uma proposta pedagógica que promova a educação do corpo.

Essa educação é mais que o primeiro passo para as crianças descobrirem o gosto pelas práticas físicas e seus benefícios e, quem sabe um dia, profissionalizar-se. É crucial para o desenvolvimento da coordenação motora, da consciência corporal e da noção de saúde e bem-estar. Assim como para a prática de valores como o espírito esportivo, o *fair play* e a busca da justa medida entre competição e colaboração. As instituições de ensino devem proporcionar essas experiências pensando na educação como um todo e não apenas no sonho de achar atletas que batam recordes olímpicos – isso cabe aos clubes.

Hoje, 90% das escolas brasileiras oferecem aulas de Educação Física, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Mas o cenário não é otimista ao se analisar a infraestrutura para essas aulas. O Censo Escolar de 2010 aponta que apenas 27% das escolas públicas e particulares de anos iniciais do Ensino Fundamental têm quadras de esportes. Nas

de anos finais, a taxa sobe para 55% e melhora um pouco mais entre as instituições de Ensino Médio, com média de 74%.

Uma pesquisa feita pelo Ibope, encomendada pela ONG Atletas pela Cidadania, o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Votorantim, mostra dados ainda mais impactantes: 30% das escolas públicas brasileiras não têm nenhum espaço para a aula de Educação Física – uma quadra poliesportiva, uma quadra comunitária ou um pátio. Treze por cento das escolas não têm sequer uma bola de futebol e 56% não contam com colchões para ginástica. Para o levantamento, lançado em 2012, foram ouvidos professores e diretores de 450 instituições em todas as regiões do País. [1].

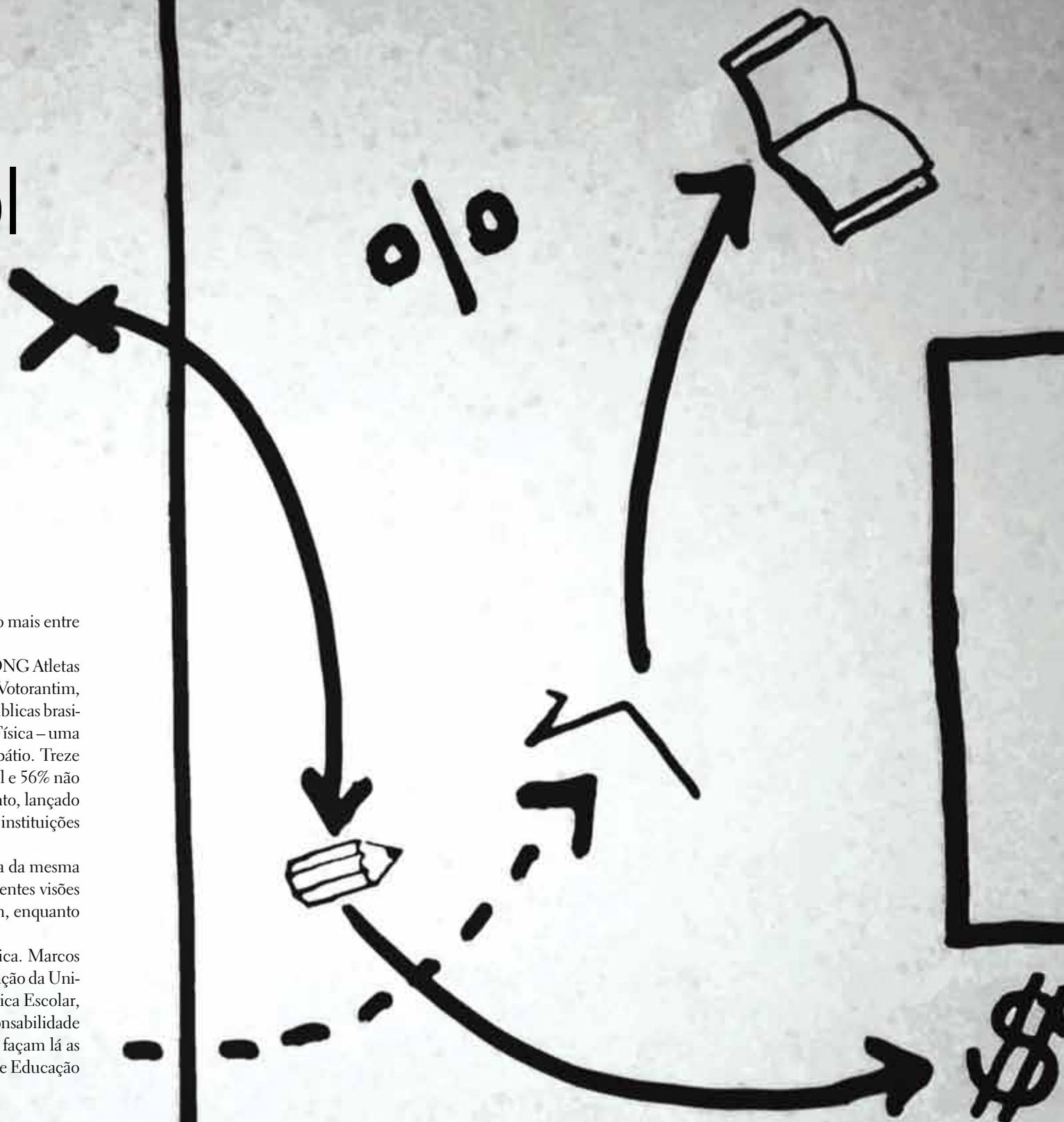
A eles foi questionado se a Educação Física é tratada da mesma forma que outras disciplinas. As respostas mostram diferentes visões entre os educadores: 87% dos diretores disseram que sim, enquanto a taxa de concordância entre professores foi de 71%.

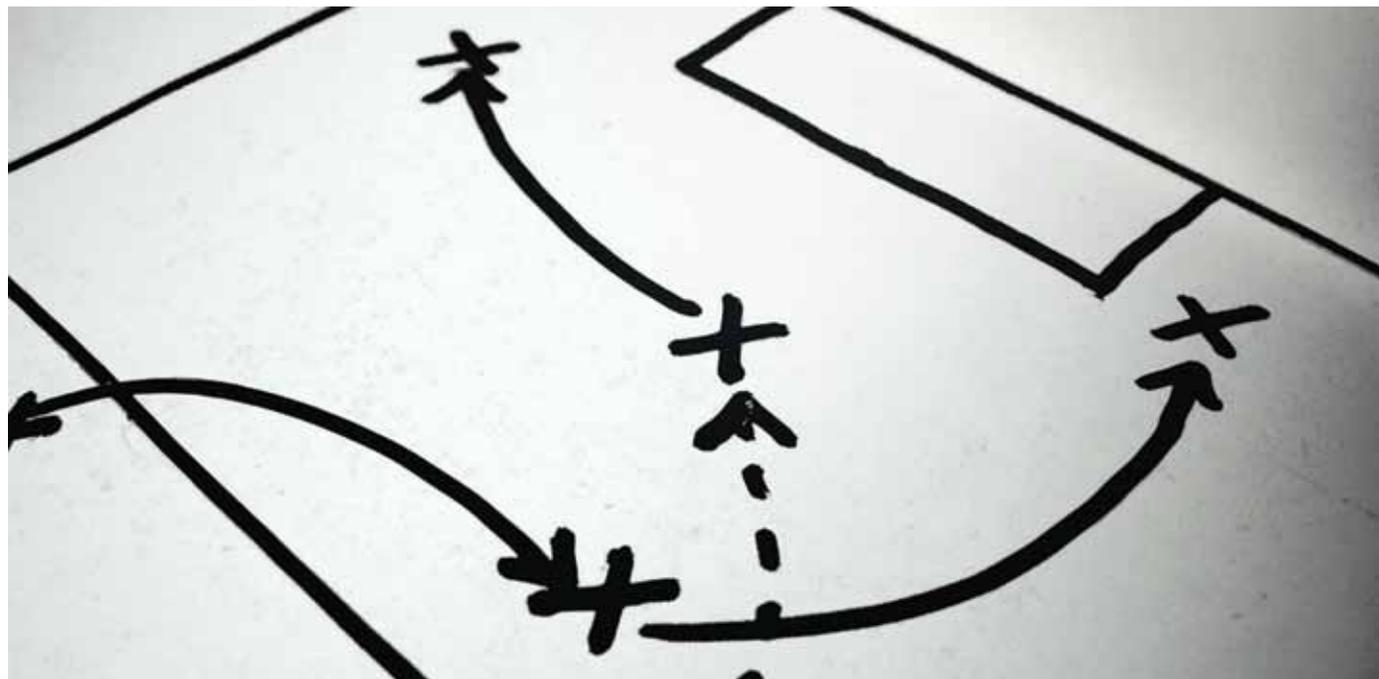
Falhas pedagógicas não são exclusivas da rede pública. Marcos Garcia Neira, professor associado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp) na área de Educação Física Escolar, aponta que alguns colégios particulares se livram da responsabilidade ao assinar convênios com academias para que os alunos façam lá as aulas. “Trabalhei em uma na qual o espaço para as aulas de Educação Física era um quintal”, conta.

ALÉM DA BOLA NA REDE

A maior parte das escolas centra-se em práticas esportivas de equipe, como se Educação Física fosse sinônimo de jogar bola.

[1] A pesquisa pode ser acessada em glo.bo/1OY4zZv.





Reinaldo Pacheco, professor de Lazer e Turismo e participante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão do Esporte da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP), chama isso de “esportivização” da disciplina. “A Educação Física compreende conteúdos que têm de ser respeitados e uma diversidade de atividades motoras com as quais os alunos devem ter contato. Limitar a aula ao esporte é como ensinar matemática somente pela álgebra.” Assim, os educadores precisam oferecer práticas como brincadeiras, danças, ginásticas, artes marciais e esportes. É possível também incluir análises críticas dessas práticas em aulas teóricas e debates. [2]

Segundo Pacheco, o nível limitado de formação dos educadores explica a confusão reinante entre a disciplina Educação Física e práticas esportivas. A **pesquisa do Ibope** mencionada anteriormente revela que existe um déficit de docentes qualificados e uma desigualdade regional. Até os profissionais diplomados passam por universidades falhas, aponta Neira. “Alguns cursos de licenciatura em Educação Física, por estranho que pareça, não têm como eixo central a formação de professores para educação básica. As temáticas alinham-se à preparação do bacharel que vai trabalhar em academias e clubes. São universitários que não encontram o mercado de trabalho que imaginavam e passam a dar aulas como se estivessem em uma escolinha de esportes ou em um evento de recreação”, observa.

Esses professores ficam aquém do que pretende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) [1]. Segundo a lei, as aulas de Educação Física devem estar integradas às linhas pedagógicas da escola e cabe aos docentes criar propostas em convergência com outras disciplinas.

Felizmente, aponta Neira, há escolas que já estão na linha de frente

dessa política educacional. Ele orienta uma linha de pesquisa com um grupo de professores das redes municipais e estadual da Região Metropolitana de São Paulo que voluntariamente adotaram o chamado “Currículo Cultural de Educação Física”. O objetivo é incluir no currículo escolar práticas corporais que envolvam o patrimônio cultural de diversos grupos sociais. As aulas com danças, por exemplo, abordam o balé e o funk, há brincadeiras antigas e atuais e espaço para jogos eletrônicos e tradicionais. Esse contato diverso forma estudantes mais sensíveis e respeitosos às diferenças culturais e de identidade.

DEPOIS DO SINAL

Se durante o turno escolar é importante haver diversidade de atividades, depois desse período os alunos são livres para escolher e se dedicar às práticas preferidas. É nesse contexto de complementar as jornadas que há espaço para iniciativas do Terceiro Setor e programas de governos.

Um deles é o Segundo Tempo, parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Educação, municípios e estados. As escolas participantes viabilizam espaços esportivos próprios ou de terceiros para que monitores realizem atividades esportivas e de lazer com jovens e crianças que se inscrevem previamente. Desde 2009, podem receber o programa as escolas que já fazem parte do **Mais Educação** [1]. O Segundo Tempo foi citado no dossiê de candidatura do Brasil aos Jogos Olímpicos de 2016 como um dos legados sociais esportivos.

Segundo dados do Ministério do Esporte, em 2012, o programa atingiu mais de 5 mil escolas em 826 municípios em todos os estados

[2] No site gpef.fe.usp.br, do Grupo de Pesquisas em Educação Física Escolar, há vários artigos e relatos sobre experiências didáticas na área.

Há escolas na linha de frente que incluem no currículo práticas corporais envolvendo o patrimônio cultural. Com isso, formam estudantes sensíveis e respeitosos à diversidade

do País. Este ano, as crianças atendidas já chegam a mais de 1,5 milhão. Pacheco avalia bem tal iniciativa: “É uma boa forma de aproveitar o contraturno, uma vez que não temos escolas públicas integrais”, diz.

CAÇA-ATLETA

Para disseminar o gosto pela cultura esportiva, o governo federal lançou o projeto Atleta na Escola. Ao longo do ano, competições escolares de atletismo serão organizadas nos níveis municipal, estadual e nacional. No discurso de lançamento, em 7 de maio, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo (PCdoB), afirmou que essa é uma chance para encontrar potenciais olímpicos nas escolas. Jovens poderão ser selecionados para treinamento visando o alto rendimento. Ainda não há, entretanto, uma definição de como isso ocorrerá. Pacheco vê a iniciativa com cautela. “O que garante que o professor não vai separar os alunos e gastar o tempo da aula para treinar um time para representar a escola?”

Ao almejar medalhas, troféus e lugares em pódios, o País deve tomar cuidado para não ganhar com isso lugares vagos nas salas de aulas. Um dos efeitos colaterais do sonho de ser atleta ou jogador é a necessidade de mudar de cidade ou bairro para treinar. “É problema

comprovado que meninos deixam a escola para se dedicar apenas para ser jogador de futebol ou atletas olímpicos. E aí é preciso fazer uma escolha entre estudar, treinar ou trabalhar”, diz Sergio Andrade, professor de Educação Física e coordenador do projeto Jogo Aberto da Fundação Gol de Letra (*leia mais no box*).

Para evitar a perda de talentos, o governo precisaria estender o Programa Bolsa Atleta, hoje concedido apenas aos que já ganharam títulos ou ficaram em segundo e terceiro lugares em competições, o que gera uma elite já pré-treinada. Sem isso, não adiantaria achar talentos nas escolas que não terão como se desenvolver.

“A aproximação dos Jogos e da Copa desperta o interesse pelas atividades esportivas e cria uma massa crítica de espectadores. A escola é um espaço privilegiado para a promoção da prática das modalidades esportivas e para conhecer melhor e de forma crítica o todo que o esporte envolve”, diz Rejane Penna Rodrigues, que foi secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte e é diretora de Operações e Serviço da Autoridade Pública Olímpica (APO).

Para ficar com o troféu de Educação Física Escolar, o Brasil ainda tem muito treino pela frente. [2]

Como fazer do esporte o meio e não a finalidade

Dentro das instituições da sociedade civil, uma das maiores referências em esporte e educação é a Fundação Gol de Letra, criada pelos ex-jogadores de futebol Raí e Leonardo. Há 14 anos, atuam em um centro próprio de atividades esportivas e escolas da Vila Albertina, na Zona Norte de São Paulo, e também no Rio de Janeiro.

Sergio Andrade, professor de Educação Física e coordenador do projeto Jogo Aberto, afirma que o objetivo central da instituição é fazer do esporte o meio e não a finalidade da educação. Por isso, trabalham com o chamado “esporte-cidadão”. Os professores incentivam a participação dos alunos não só durante os jogos, mas também na criação das regras, entre outras atividades. “Com isso, as crianças e os jovens se sentem mais seguros e confortáveis para jogar”, explica. Vale até mesmo mudar um pouco os regulamentos. “Se a turma é pequena, abaixamos a rede, se tem dificuldade, facilitamos as regras. O objetivo é proporcionar o prazer pelo esporte. Não queremos que os alunos tenham experiências traumáticas, de humilhação e derrota.”

A fundação não pretende encontrar e desenvolver novos “Raís” e “Leonardos” ou talentos olímpicos. Da mesma forma, não deveriam pretender isso os professores de escolas, defende Andrade. “O esporte de alto rendimento é excludente. Escolhe-se apenas um grupo que vai receber atenção. Já para o esporte-cidadão, todos são bem-sucedidos.”

A ideia de que não cabe às escolas o desenvolvimento de atletas nem sempre é clara. Há uma cultura instituída que usa como referência os Estados Unidos e Cuba, em que as escolas concedem bolsas aos atletas e dão grande ênfase aos esportes. Especialistas em Educação Física Escolar, porém, criticam esse modelo que incentiva a segregação. Para Reinaldo Pacheco, professor da EACH-USP, a escola não é o caminho para ganhar medalha, isso cabe aos centros de treinamentos, clubes especializados, federações e confederações esportivas.

Marcos Garcia Neira, também da USP, ressalta que professores da educação básica não são formados para identificar potenciais infantis e juvenis e desenvolver um trabalho a longo prazo para torná-los atletas. “O professor de Ciências não quer formar cientistas. Por que o professor de Educação Física tem de formar atletas olímpicos?”, questiona.

amaré complexo amaré simples

Quem chega ou sai motorizado do Rio de Janeiro pode ver duas faixas inscritas cada uma com uma frase: de um lado "amaré simples"; do outro "amaré complexo". As frases inventadas pelo artista Marcos Chaves estão bem ali, fazendo um alerta-inscrição em uma das maiores favelas da cidade, o Complexo da Maré, com seus 140 mil habitantes.

Prudentemente, os governos construíram um muro que impede a vista completa da multidão de barracos espalhados na paisagem. Mas os moradores da Maré estão atravessando essas barreiras de outras maneiras. Uma delas é o projeto Travessias (2013.travessias.org.br), que já está na segunda edição.

O galpão de uma antiga fábrica de copos descartáveis usados em fast-foods transformou-se no Galpão Bela Maré. Porque transpor muros começa também pela palavra.

A ocupação do espaço começou em 2011, com a primeira edição de uma exposição de arte contemporânea na comunidade, o *Travessias 1*. "Nossa ideia é colocar a Maré no circuito de artes visuais do Rio", conta a produtora do Galpão Bela Maré, Fabiana Gomes. Ano passado, outros



projetos artísticos se desenvolveram no espaço e agora, para quem quiser dar uma espiada, o *Travessias 2* traz nada menos que: Ernesto Neto, **Vik Muniz**, Lucas Bambozzi, Daniel Senise, entre outros grandes nomes da arte contemporânea no Brasil. Ao lado deles está **Ratão Diniz**, fotógrafo da Maré, formado no Observatório de Favelas que, junto com a empresa Automatica, assina a empreitada.

Mês passado, a antiga professora de Ratão levou a turma da escola pra mostrar a obra do ex-aluno ilustre. Só orgulho. Ratão tem uma sala exclusiva para seu trabalho fotográfico. "Queremos que o projeto avance no sentido de termos artistas de muitas comunidades da cidade", conta Fabiana Gomes.

As palavras de Marcos Chaves, que fizeram sucesso na primeira edição do projeto, voltaram à Avenida Brasil e o artista cedeu os direitos para a confecção de camisetas. Os recursos da venda serão usados na construção da universidade das artes, que se pretende construir na Maré.

O *Travessias 2* inclui, além da exposição, oficinas de arquitetura que resultarão numa maquete da favela Nova Holanda, parte do Complexo; e outra de design para produção de cartazes que serão parte do catálogo final da mostra.

Fabiana diz que a comunidade tem se apropriado do Galpão Bela Maré e começa a interagir com as obras de arte. "Muitas crianças chegam até aqui com a escola e, depois, voltam com a família. Temos também

um encontro com um artista a cada sábado, o que aproxima os trabalhos das pessoas que vivem na Maré", acrescenta.

O Observatório de Favelas entende que o *Travessias 2* é mais do que um evento, mas um encontro, o que balança a perspectiva expositor/visitante. "É uma cumplicidade, uma vez que o que será exposto é para ser vivido, compartilhado, experimentado em sua plenitude. É também a superação de distâncias entre sujeitos criadores e plateias admiradas, pois na mostra não se aguardam visitas ou visitantes", descrevem os organizadores.

Há muito boas perguntas que se fazem pertinentes e que o projeto aguça (em filosofia, trata-se bem mais de encontrar e formular o problema do que de resolvê-lo, diz o filósofo francês Henri Bergson em *Memória e Vida*).

Como a arte, como expressão da vida social, se faz presente em comunidades populares? Como a arte feita na Maré representa a vida da própria comunidade, marcada pela violência e pelo estigma social? Como a arte contemporânea, muitas vezes vista como uma "arte de elite", pode se inserir na comunidade da Maré sem ser impositiva, mas dialógica?

SERVIÇO:

Travessias 2 – Arte Contemporânea na Maré

Até 23 de junho – De 4ª a domingo
Galpão Bela Maré – Entrada gratuita
Rua Bittencourt Sampaio, 169
Entre as passarelas 9 e 10 da Avenida Brasil
Favela da Maré – Rio de Janeiro

Semente urbana | Americano colhe safras recordes de alimentos orgânicos em bairro urbanizado e começa a revolucionar a cultura alimentar no país do fast-food

POR REGINA SCHARF*



Um pequeno sítio de pouco mais de 1 hectare, em um bairro popular de Milwaukee, no estado americano de Wisconsin, tem uma das maiores produtividades agrícolas já registradas. Dali saem 450 toneladas anuais de alimentos orgânicos, graças a dezenas de voluntários e à otimização de fórmulas tradicionais. A ocupação é total, com seis estufas convencionais e de hidroponia – alimentadas por 300 painéis solares e tanques de água pluvial – e núcleos de criação de abelhas, peixes e animais de pequeno porte (mais em growingpower.org). Para efeito de referência: no Brasil, a produtividade de 14 toneladas por hectare em uma plantação de milho é considerada excelente.

A propriedade em Milwaukee é o quartel-general do projeto Growing Power, capitaneado por Will Allen, ex-jogador profissional de basquete com passagem pela área de marketing corporativo da Procter & Gamble. Em 1993, ao chegar à meia-idade, ele decidiu retomar a vocação agrária de sua família e acabou criando o movimento de agricultura urbana mais badalado dos Estados Unidos.

Quando adquiriu o último lote produtivo dentro dos limites da cidade, olhou à sua volta e viu-se num bairro barra-pesada sem um único mercado – mas cercado por lojas de fast-food. Percebeu que a comunidade não prosperaria se não tivesse acesso a uma alimentação barata e saudável. Concebeu, então, um projeto demonstrativo e uma série de oficinas que formaram discípulos capazes de levar a fórmula a outras partes do país.

Hoje o sítio emprega 50 funcionários e um grande corpo de voluntários e aprendizes. Seu sucesso não tem segredo: Allen mostra a quem quiser aprender que sua produtividade vem do capricho no aprimoramento do solo. Ele produz 10 milhões de toneladas anuais de composto orgânico, melhorado por um exército de minhocas.

O reconhecimento veio como uma enxurrada. Allen foi incluído na lista de 100 cidadãos mais influentes do planeta pela revista *Time* e ganhou o Genius Grant, prêmio de meio milhão de dólares dado pela MacArthur Foundation a pesquisadores que se destacam por seu potencial inovador.

A produção de alimentos no coração de cidades não é propriamente novidade – a prática era frequente na Antiguidade, do Egito a Machu Picchu. Durante a Segunda Guerra, os governos aliados promoveram os chamados "victory gardens" – hortas e pomares destinados a aliviar a demanda sobre os meios convencionais de distribuição de alimentos e a ajudar o esforço bélico. Nos Estados Unidos, o patriotismo levou à criação de quase 20 milhões de hortas. Do outro lado do Golfo do México, plantações urbanas salvaram Cuba da fome epidêmica quando o império soviético desmoronou, deixando de abastecer a Ilha com tratores, combustível e fertilizantes. Hoje a agricultura urbana emprega quase 300 mil pessoas (mais em bit.ly/15QzzCs).

Em 2009, a experiência cubana inspirou um grupo de berlinenses a limpar um terreno baldio de 6 mil metros quadrados abandonado havia mais de um século. Ali eles criaram o Prinzessinnengärten, o Jardim

da Princesa, onde voluntários trocam horas de trabalho por alimentos de primeira a preços de banana.

Nos Estados Unidos, no entanto, os jardins da vitória foram tomados por ervas daninhas e muitas prefeituras passaram a restringir o cultivo e a criação de animais no perímetro urbano. A agricultura urbana só voltou à moda recentemente, devido à valorização dos produtos locais, à pressão econômica e ao fato de que várias metrópoles, como Detroit e Cleveland, têm vazios demográficos, com excelente infraestrutura e população escassa. Além disso, a causa ganhou uma garota propaganda de peso: a primeira-dama Michelle Obama, que criou uma horta no gramado da Casa Branca.

Plantar em lotes urbanos é uma belíssima estratégia ganha-ganha. Combate a insegurança alimentar, cria empregos, fortalece a comunidade e melhora a saúde da população. Mas seria esse modelo realmente sustentável do ponto de vista financeiro? Will Allen conseguiu sua produtividade astronômica graças ao trabalho de muitos voluntários e aos muitos prêmios em dinheiro que recebeu, o que o ajudou a manter um alto número de funcionários em uma gleba tão pequena.

Esse modelo não requer tecnologias sofisticadas e é plenamente acessível a quem tem um terreno dando sopa e vontade de trabalhar. O comum dos mortais obteria uma produtividade modesta – mas ainda assim a atitude seria excepcional e transformadora.

* JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE

Descoberta
Astronauta brasileiro
Longe no espaço **revela**
O planeta é azul
A bola **verde-amarela**

Amarga derrota
Um **goleiro** argentino
O cozinheiro consola
Serve **frango** com pepino
Toca tango **na viola**

Desintegração
Ela, **a bola**, bela, embala
Sublime, linda, desfila
Desliza na grama e rola
Desmancha na **clorofila**

Previsão real
No lugar de olhar **a mão**
Um **cigano** ao ver Pelé
Preferiu por precaução
Ler a sola do **seu pé**

EDUARDO SHOR, jornalista e autor da fan page [facebook.com/quadrasdefutebol](https://www.facebook.com/quadrasdefutebol)

Patrícia Martins Alves.
Pós-graduada pelo Centro Universitário Senac. Após realizar o curso abriu sua própria empresa de consultoria.



PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE NO SENAC.

VOCÊ CADA VEZ MELHOR.

O CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC OFERECE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DESENVOLVIDOS PARA ANTECIPAR AS TENDÊNCIAS DO MERCADO. COM FOCO NA PRÁTICA E VIVÊNCIA PROFISSIONAL, OS CURSOS PROMOVEM VISÃO MODERNA E EMPREENDEDORA DA QUESTÃO AMBIENTAL NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA.

CURSOS:

- GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS
- GESTÃO AMBIENTAL
- GESTÃO INTEGRADA DA QUALIDADE, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

CONHEÇA TAMBÉM OS 82 TÍTULOS EM EXTENSÃO:
WWW.SP.SENAC.BR/EXTENSAO

CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC
CURSOS PRESENCIAIS NA GRANDE SÃO PAULO E INTERIOR DO ESTADO E A DISTÂNCIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

CONSULTE A UNIDADE MAIS PRÓXIMA:

WWW.SP.SENAC.BR/POSGRADUACAO
OU LIGUE **0800 883 2000**

Parceiros educacionais

Conheça as condições de nossos parceiros educacionais nacionais e internacionais em www.sp.senac.br/parcerias



UMA EMBALAGEM QUE RENOVA.

O papel utilizado na fabricação das embalagens cartonadas da Tetra Pak é proveniente de florestas certificadas pelo FSC® (Forest Stewardship Council®) e outras fontes controladas.

O plástico utilizado nas nossas tampinhas vem de fonte renovável, a cana de açúcar.

Estamos comprometidos em produzir uma embalagem 100% renovável para as próximas gerações.

Esse é o nosso compromisso!
Caixinha da Tetra Pak.
Uma embalagem que renova.



Rosana Henrique e família,
colaboradora da Tetra Pak



A marca da
gestão florestal
responsável



Embalagem 100% reciclável. Saiba mais em nosso site: www.tetrapak.com.br